

MELINA JORGE LATANZIO

**UMA ANÁLISE DA SAÍDA DO REINO UNIDO DA
UNIÃO EUROPEIA À LUZ DAS TEORIAS DE
INTEGRAÇÃO REGIONAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro de Ciências Exatas e Sociais Aplicadas como parte dos requisitos para obtenção do título de bacharel em Relações Internacionais, sob orientação da Profa. Me. Mariana de Freitas Montebugnoli.

BAURU
2015

MELINA JORGE LATANZIO

**UMA ANÁLISE DA SAÍDA DO REINO UNIDO DA UNIÃO EUROPEIA
À LUZ DAS TEORIAS DE INTEGRAÇÃO REGIONAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro de Ciências Exatas e Sociais Aplicadas como parte dos requisitos para obtenção do título de bacharel em Relações Internacionais, sob orientação da Profa. Ma. Mariana de Freitas Montebugnoli.

Banca Examinadora:

Profa. Ma. Mariana de Freitas Montebugnoli
Universidade do Sagrado Coração

Prof. Ma. Beatriz Sabiá Ferreira Alves
Universidade do Sagrado Coração

Prof. Me. Fábio José de Souza
Universidade do Sagrado Coração

Bauru, 9 de dezembro de 2015.

Dedico esse trabalho a minha família, pois teve um papel fundamental para conclusão deste trabalho. Pelas simples palavras e o fato quem sem suas ajudas, apoio não o teria concluído. Obrigada!

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus que me proporcionou saúde e força para superar as dificuldades e permitiu que tudo isso se concluísse, pois é o maior mestre que alguém pode ter.

A Instituição e o seu corpo docente pela oportunidade de proporcionar o curso.

A professora e orientadora, Me. Mariana Montebugnoli, pelo apoio, confiança, pela oportunidade e apoio dedicado na elaboração deste trabalho, pelo suporte no pouco tempo que lhe coube, pelas suas correções e incentivos. Agradeço a todos os professores por me proporcionar o conhecimento não apenas racional, mas a manifestação do caráter e afetividade da educação no processo de formação profissional, por tanto que se dedicaram a mim. Agradeço também ao ex-coordenador de curso Dr. Daniel Freire e Almeida e a atual coordenadora Me. Beatriz Sabia por tantas horas dedicadas a nós alunos, por todos os conselhos, ensinamentos e conhecimentos compartilhados.

Aos meus pais, pelo amor, incentivo e apoio incondicional. Agradeço a minha mãe Gláucia Francisca Jorge Latanzio, por me dar apoio, incentivando-me nas horas difíceis, de desânimo e cansaço. E ao meu pai, Altair Augusto Latanzio, que me fortaleceu e para mim foi muito importante. Obrigada a minha irmã, Camila Jorge Latanzio, e a minha avó, Sueli Lino de Souza Jorge, que me fizeram entender que o futuro é feito a partir da constante dedicação.

Meus agradecimentos aos meus amigos de curso e companheiros de trabalho, Raphaela Momesso, Matheus Contreira Scriptore e Natalia Oliveira por terem me ajudado a superar dificuldades ao longo da dedicação deste trabalho. Aos meus amigos, Natália Bittencourt, Gabriela Perez e Raul Martinello que tantas vezes estiveram presentes nas minhas horas de dificuldade e de alegria.

A todos que direta e indiretamente fizeram parte da minha formação, o meu sincero obrigado.

LISTA DE ABREVIATURAS

UE – União Europeia

OMC – Organização Mundial do Comércio

CEE - Comunidade Econômica Europeia

PESC – Política Externa e de Segurança Comum

CECA – Comunidade Econômica do Carvão e do Aço

BCE – Banco Central Europeu

NHS, sigla em inglês – Serviço Nacional de Saúde

PAC – Política Agrícola Comum

OCM – Organizações Comuns de Mercado

SNP, sigla em inglês – Partido Nacional Escocês

UKIP, sigla em inglês – Partido Independente do Reino Unido

ONU – Organização das Nações Unidas

PIB – Produto Interno Comum

CEP – Centro de Desempenho Econômico

CER – Centro de Reforma Europeia

CBI, sigla em inglês – Conferência Industrial Britânica

OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte

EUA – Estados Unidos da América

RESUMO

A essência desse trabalho é levantar informações sobre a possível saída do Reino Unido da União Europeia e suas principais consequências diplomáticas e financeiras tanto para o país quanto para a União. Relatar qual o motivo de uma Brexit (Britain+exit) que é uma abreviatura de “saída britânica”, refere-se a possibilidade de retirada do Reino Unido da União Europeia. Procurando mostrar a trajetória do Reino Unido dentro do bloco, quais os reais motivos do desinteresse inicial britânico pela União, os motivos pela adesão posterior, e como se intensificou o sentimento eurocético dentro do país. Considerando o principal movimento causador de uma possível saída. Em outro momento este estudo demonstrou, através de dados e das teorias de integração regional, que uma Brexit só causaria dificuldades diplomáticas, enfraquecendo o poderio da União Europeia, a qual perderá um ator na ONU, e do próprio Reino Unido, que deverá se encarregar de renegociar novos tratados incertos com as instituições e países europeus.

PALAVRAS-CHAVE: 1. Teorias de integração regional. 2. Reino Unido. 3. União Europeia. 4. Brexit. 5. Euroceticismo.

ABSTRACT

The essence of this paper is to gather information on the possible UK out of the European Union and its main diplomatic and financial consequences for the country of both the Union. Report what the reason for a Brexit (Britain+exit) which is an abbreviation of "British output" refers to the possibility of withdrawing the United Kingdom of Union. Try to show the UK's trajectory within the block, what the real motives of the British Union for the initial lack of interest, the reasons for the subsequent accession, and how intensified the Eurosceptic sentiments in the country. Considering the main cause movement of a way out. At another point demonstrated by data and regional integration theories that a Brexit only cause diplomatic difficulties, weakening the power of the European Union, which will lose an actor at the Um, and the United Kingdom itself, which should be in charge of renegotiating new treaties uncertain with the European institutions and countries.

KEYWORDS: 1. Regional integration theories. 2. United Kingdom. 3. European Union. 4. Brexit. 5. Euroscepticism.

Sumário

1 INTRODUÇÃO	9
2 O processo de Integração Regional	11
2.1 A Integração na Europa	14
2.2 As abordagens teóricas da Integração Regional	14
2.2.1 A teoria neofuncionalista e a integração regional	17
2.2.2 O Intergovernamentalismo	22
2.3 Os dilemas atuais da integração na Europa	23
3 Histórico da participação do Reino Unido na União Europeia	27
3.1 Contexto Britânico	27
3.2 Os anos 1945 a 1969	29
3.2.1 As iniciativas deliberadas do Reino Unido para ingresso na CEE	31
3.3 Os anos 1970 a 1990	32
3.3.1 Negociações com a União Europeia	34
3.3.2 A renegociação sem significado	35
3.4 Os anos 1990 até atuais	35
3.4.1 O início dos movimentos eurocéticos	41
3.4.2 Um contexto político interno particular	42
3.4.3 As justificativas britânicas para a saída da União Europeia	43
4 Traçando cenários: o que as análises e as teorias têm a dizer acerca da Brexit	45
4.1 O Referendo	45
4.2 As possíveis consequências da Brexit para União Europeia	47
4.3 As consequências para o Reino Unido se este saísse do bloco	50
4.4 As percepções dos demais atores	54
4.5 O que a teoria tem a dizer?	57
CONSIDERAÇÕES FINAIS	61
REFERÊNCIAS	64

1 INTRODUÇÃO

A essência desse trabalho é levantar informações sobre a possível saída do Reino Unido da União Europeia e suas principais consequências tanto para o país quanto para uma integração regional questão que se faz “o Reino Unido deverá optar pela saída da União Europeia?”, pois, como assentado no trabalho, os aumentos dos movimentos eurocéticos dentro do país fizeram com que o sentimento anti-europeu se aprofundasse na opinião pública britânica, e até mesmo dentro dos partidos políticos do país.

Ficou demonstrado através dos postulados da teoria neofuncional que a permanência no bloco será mais satisfatória para os britânicos do que uma possível saída deste.

O objetivo para com a pesquisa é analisar o porquê o Reino Unido deverá permanecer na União Europeia. Procuramos demonstrar através de informações, notícias e dados apresentados pelo governo britânico que a permanência neste bloco é benéfica para o país.

O estudo demonstrou o porquê de os movimentos eurocéticos ganharem tanta força nas últimas décadas e qual o incentivo deste para uma Brexit, retratando as possibilidades de uma saída e o contexto histórico britânico que poderia levantar a tomada de tal decisão.

A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, enriquecida com algumas notícias sobre o tema tratado. As principais obras utilizadas foram a de John Palmer, editor europeu do jornal The Guardian e fundador/diretor político do centro de políticas europeias em Bruxelas, que escreveu a obra “O Reino Unido vai sair da União Europeia?” que tem como objetivo demonstrar como os movimentos eurocéticos cresceram dentro do país, as negociações que Londres propôs a União após a entrada no bloco e as possibilidades que causaria com uma Brexit. Outra obra utilizada foi “Teoria das Relações Internacionais” de João Pontes Nogueira e Nizar Messari, que trouxe alguns dos apontamentos teóricos base a integração regional para explicar o porquê da permanência do Reino Unido no bloco. Outras obras também foram utilizadas como “Integração Regional” de Alfredo da Mota Menezes e demais artigos científicos e notícias de jornais nacionais e britânicos sobre a Brexit.

O trabalho está estruturado em 3 capítulos. No primeiro foi apresentado as teorias de integração regional e os principais dilemas atuais que dificultam uma aproximação maior entre os países europeus membros da UE. No segundo capítulo, retratamos o histórico da participação do Reino Unido na União Europeia desde os anos 1945 até os dias atuais, qual os reais motivos de desinteresse inicial inglês pelo bloco, os motivos de adesão posterior e a intensificação dos movimentos eurocéticos no país. No último capítulo, foi traçado um cenário para analisar dados a percepção pelo governo britânico, opinião pública da população do Reino Unido e também de países no sistema internacional, argumentando através da teoria o principal benefício de uma permanência na União Europeia.

Ao final, foi retomado os aspectos principais enfatizados ao longo do trabalho, concluindo-o com algumas considerações finais.

O tema abordado retrata a experiência a partir de um intercâmbio realizado na Europa durante o período de janeiro a julho de 2015, trazendo informações pertinentes ao assunto, pois retrata uma realidade que pode ser aplicada aos habitantes da União Europeia, onde foi observado tal facilidade de locomoção entre as pessoas que residem no bloco e também a facilidade de consumir produtos de países que compõem a União.

2 O processo de Integração Regional

Antes de apresentar uma análise da União Europeia (UE) dentro de uma integração econômica e política em andamento, será necessário entender o processo de integração nas relações internacionais. De forma sucinta, a integração regional tem como base estimular ao máximo o livre comércio que é a ausência de tarifas para o comércio. Há várias maneiras de interpretação do conceito de integração. Primeiramente, haveria um mercado em que se cobraria o mesmo preço para os mesmos bens. Para outro, a integração seria simplesmente a eliminação de barreiras econômicas entre dois ou mais países. Em um terceiro entendimento integração é vista como resultado de eliminação de todos os impedimentos para o comércio entre mais de um país e tendo alguns mecanismos de coordenação geral nas economias integradas sendo o principal a inexistência de alfândegas e postos de cobranças entre os parceiros (MENEZES, 2006, p.1).

Contudo, a integração entre países não é tão simples como se pensa, é preciso passar antes por processos gradativos e ajustamentos. O qual definimos “fases de integrações”. Temos primeiramente a zona de livre comércio que é um bloco econômico regional formado por diversos países, com a finalidade de reduzir ou eliminar as taxas alfandegárias entre os países membros. O objetivo da área de livre comércio é estimular o comércio entre os países participantes.

Em seguida, a união aduaneira que constitui na existência de uma tarifa comum aos países integrados a ser aplicadas de forma igual a países integrados. O mercado comum é um estágio ainda mais avançado de integração é a eliminação de barreiras ao comércio, adota-se uma tarifa externa comum e acrescenta a livre circulação de capitais, serviços e até mesmo mão de obra. Para que isso ocorra, “as legislações sociais dos membros de integração não podem ser muito díspares, pois o trabalhador sempre vai preferir se estabelecer [em uma nação] onde houver mais benefícios” (MENEZES, 2006, p.3).

Além do mercado comum, temos ainda a união monetária, que inclui além do livre-comércio, da tarifa externa idêntica, da circulação de fatores produtivos, a harmonização das políticas fiscais e monetárias, seguida da criação de uma moeda única. Como Menezes explica (2006, p.3):

Os países integrados, nesse momento, chegaram a um ponto de relacionamento econômico em que é impossível se mover sem o outro. E, por

fim, tem-se a união econômica completa. É quase como se fosse um só país. Existe uma autoridade ou governo central que é superior, em muitos aspectos, aos próprios governos nacionais. Esse tipo final de integração teria, portanto, a eliminação de barreiras comerciais, tarifa externa comum, livre circulação de mão de obra, capital e serviços, unidade nas políticas fiscal, monetária, industrial e social, e ainda um órgão controlador unificado investido de poderes para fazer funcionar a entidade integrada, agora em estágio máximo.

Dessa maneira, é importante que países integrados tenham políticas internas e culturas parecidas e cooperem entre si para que possam contribuir com uma maior aproximação entre eles.

Com a expansão do mercado, as nações sentem necessidade de expandir suas atividades econômicas, aumentando a produção, buscando a melhoria dos preços em mercadorias e a qualidade. O grupo de países também teria maior vantagens em comissões internacionais ganhando força em seu poder de barganha, trazendo mais eficiência na produção e permitindo até competir com outras economias fora da integração. Uma integração desafia a primazia dos Estados como ator diplomático dominante, porque o Estado perde espaço nas negociações internacionais e o ator que negociará as decisões será o bloco. Temos como exemplo as negociações dentro da Organização Mundial do Comércio (OMC) onde os Estados preferem negociar em conjunto e acabam ganhando mais vantagens, pois os interesses comuns dos blocos é a prioridade.

Assim como no plano econômico os países acabam tendo uma vantagem internacional, no plano político isso também ocorre pois as tensões e os desentendimentos podem diminuir por causa da aproximação proveitosa entre as nações, e as fricções menores não afetariam as relações entre eles. As várias tentativas ao longo da história de integração das nações europeias pelas companhias militares e nenhuma foi bem sucedida. Mas quando estes buscaram a integração econômica, esta união se deu como favorável. Menezes (2006, p.5) afirma:

Ela [a integração] pode quebrar barreiras entre países vizinhos e ajuda-los no crescimento econômico. Principalmente no atual estágio mundial, não é possível que países de uma mesma região continuem a se ignorar no plano comercial e histórico. O bom senso recomenda uma aproximação.

Como citado nos pontos acima podemos observar que uma nação se satisfaz econômica e politicamente em uma integração regional. De forma geral uma integração regional pode trazer mais benefícios aos membros do que o contrário.

Atualmente, a pressão mundial e a globalização fazem com que as economias estejam mais interligadas e dependam cada vez mais umas das outras, podemos justificar deste modo a existência de uma integração entre nações. Um país sozinho raramente consegue negociar um acordo vantajoso, mas em um grupo se torna mais fácil. “Um país sozinho votando em um fórum tem menos força do que um grupo falando a mesma linguagem em uma disputa” (MENEZES, 2006, p.7).

A integração tem seus benefícios, mas também a nação terá obrigações dentro do bloco. Como por exemplo, orçamentos a pagar - ponto mais questionado pelo Reino Unido dentro da União Europeia, mas será falado sobre isso no próximo capítulo.

A distribuição de renda é importante entre os membros, não está se referindo a transferência do rico para o pobre, mas sim de encontrar mecanismos próprios para não acentuar o acúmulo de riqueza nas mãos de poucos, este é um fator que prejudicaria a integração.

Em uma união entre países é óbvio que uma economia maior teria uma participação mais acentuada, mas o difícil seria estabelecer o ponto de equilíbrio na redistribuição futura deste orçamento. Pois quem contribuiu com mais tem o direito a um saque maior a um patamar que não prejudicasse os outros parceiros. O crescimento da economia menor é benéfico para as demais nações, pois está acabaria tendo um mercado consumidor maior e participando mais da união que se formou. “Caso uma sufoque a outra, todos perdem” (MENEZES, 2006, p.10).

A área econômica dentro da integração regional é muito importante, mas, posteriormente, também ocorre a vontade de concretizar uma integração política. Na Europa, a eleição dos órgãos supranacionais é decidida pelo povo através do voto, é o povo quem define o caminho. Ponto também colocado na teoria neofuncionalista que vai ser citada mais a frente neste capítulo.

Podemos definir, então, a integração regional como “um processo dinâmico de intensificação em profundidade e abrangência das relações entre atores levando à criação de novas formas de governança político-institucional de escopo regional” (HERZ, 2004, p.168). Mesmo com todos os problemas, acredita-se que uma integração regional é mais benéfica do que o contrário. Os seus benefícios serão estudados posteriormente.

2.1 A Integração na Europa

Nada na Europa, no início do século XX, indicaria que o continente fosse passar por um processo de integração, pois este sempre esteve envolvido em um contexto de rivalidade. Desde a Idade Média até a Segunda Guerra Mundial, a Europa tinha interesse em se unir, mas sempre pensando por um lado mais realista, através de conquistas de territórios e poder.

“Os europeus conseguiram, com um processo gradativo e persistente, criar mecanismos que colocaram em marcha um programa consistente e bem-sucedido de integração” (MENEZES, 2006, p.21).

Na Europa, o interesse não é apenas de uma união econômica baseada no livre comércio ou uma união aduaneira, mas sim de criar um modelo de integração com objetivos políticos englobados e com amplos reflexos sociais. Para o Reino Unido esse também constitui outro aspecto igualmente questionado.

Além de conquistarem uma zona de integração econômica e política, os europeus também se uniram através de uma zona monetária. Quando os países decidiram se uniu economicamente ocorreu uma superação do nacionalismo para o regionalismo, o qual iremos descrever com mais detalhes no capítulo seguinte.

2.2 As abordagens teóricas da Integração Regional

O fenômeno da integração regional também despertou interesse da academia que passou a figurar entre os principais objetos de estudo das Relações Internacionais. Nesta seção, citaremos as abordagens teóricas relevantes, bem como suas características e principais autores.

Iniciamos com a teoria Federalista. Seu principal autor é James Madison que escreveu a obra “O federalista” que é composto por uma série de 85 artigos argumentando para a ratificação da Constituição dos Estados Unidos. O federalismo dos norte-americanos explica a integração regional pela criação de instituições para as quais os Estados transferem soberania, de forma voluntária. Para Haas, os federalistas buscam entender o processo de construção de federações, como os Estados Unidos, a Suíça e a ex-Alemanha Ocidental (HAAS, 1970, p.607).

Esse grupo preocupa-se em como conciliar a centralização, refletida em um governo europeu central mais eficiente na administração das diversas funções

governamentais, como a descentralização refletida no postulado democrático de controle e autonomia local (SARFATI, 2011, p.186).

Em termos europeus, não surgiu uma preferência por construir o processo de integração em torno de uma ideia de uma federação europeia, pelo contrário, a criação de órgãos supranacionais fez com que a integração viesse de vontade comum de constituir comunidades nacionais numa entidade mais ampla. Entretanto, há quem considere as instituições criadas no processo de formação da Comunidade Econômica Europeia (CEE), a Comissão Europeia, a Corte de Justiça Europeia, o Conselho de Ministros e o Parlamento Europeu como indicativo de instituições de um novo Estado e não de uma integração funcional (BROWN, 1997, p.134-135).

Outra teoria que surgiu para tratar essa questão foi o funcionalismo. O funcionalismo data do período entre as duas guerras, visa abordar a dimensão transnacional das relações mundiais que correspondem à busca de soluções pacíficas no contexto da sociedade internacional. Os fundamentos centrais desta teoria é a assunção da primazia do econômico, a qual implica uma concepção utilitarista e materialista das construções políticas (RAMOS, 2005, p.331).

Conforme afirmou Pinto (2004, p.21):

A teoria funcionalista considera por sua vez, que a forma mais segura de alcançar a integração e a paz é a cooperação ao nível de certas tarefas funcionais, tanto de natureza técnica como económica, ao invés da criação de novas estruturas institucionais no plano político. Nesse sentido, as organizações internacionais funcionais estariam mais habilitadas do que os Estados, para levar a cabo determinadas tarefas, com o que conquistariam as "lealdades nacionais" e excluiriam quaisquer suspeitas de pretenderem exercer um controlo supranacional.

Neste caso, a integração não levaria a formação de um grande Estado; ao contrário, as distintas funções estatais seriam governadas por instituições anômalas tentando operar em um mundo no qual a maior parte dos poderes seria conduzida por organismos internacionais com funções específicas (SARFATI, 2011, p.185). O objetivo primordial desses organismos internacionais seria o bem estar.

O lema dos funcionalistas era *Peace by pieces* (ou "a paz por partes") representando a convicção de que a paz seria atingida por meio da formação de redes de organismos nacionais que cada vez mais assumiriam funções que os governos nacionais não poderiam desempenhar sozinhos. Essas redes fortaleceriam a ideia de que somente a cooperação ofereceria a resposta aos problemas colocados pela maior

integração da economia mundial (NOGUEIRA; MESSARI, 2005, p. 76). Para os liberais, a teoria é considerada completa e sem falhas já que os países transfeririam sua soberania para uma entidade econômica maior. Portanto, há críticas tanto ao otimismo progressista quanto à visão um tanto ingênua da relação entre política e técnica.

Ainda falando sobre o funcionalismo, quando o objetivo é garantir a paz por meio de uma integração econômica, esta ocorreria através de um processo de construção de uma confiança mútua para o estabelecimento da paz. A criação da CEE seria uma tentativa de aprofundar o processo de construção de paz, usando a integração econômica como meio de interligação entre os Estados europeus. Mas este pensamento é considerado ultrapassado para a visão realista, pois o Estado não daria sua lealdade aos demais porque cada nação é capaz de dar segurança aos seus cidadãos contra ameaças do mundo exterior, para esse fenômeno seria a última função que os Estados cederiam sua soberania (SARFATI, 2011, p.186). Tudo indica que o avanço da integração depende de decisões políticas que somente os Estados nacionais podem tomar.

Uma terceira abordagem teórica considerada de referência baseia-se nas produções de Karl Deutsch. Esse autor é uma referência chave nos estudos clássicos de integração e as suas teorias designam para o transnacionalismo. O autor evidenciou um sentimento agudo da importância da construção de “comunidades” para a criação de condições efetivas de paz e segurança, aos níveis nacionais e internacionais, o que levou a enfatizar os traços comunitários, nos processos de integração (RAMOS, 2005, p.333).

Para o autor, as comunidades são grupos de pessoas que têm atribuições em comum, um sistema de resposta mútua e uma autoconsciência de identidade em comum. Portanto, integração é fundamentalmente um processo que culmina com o sentimento de pertencer a um grupo – por exemplo, o sentimento de sentir-se europeu ou sul-americano (SARFATI, 2011, p.188).

O modelo explicativo da construção de comunidades de segurança passa pela consideração dos fluxos de comunicação entre as partes (ou “transações”) no quadro do sistema internacional. Dessa forma, uma comunidade torna-se uma “comunidade de segurança” (RAMOS, 2005, p.333). Para que essa comunidade seja formada cabe a elite os esforços para direcionar a institucionalização, preservando e

protegendo a integração comunitária. Para o neofuncionalismo, essa visão se opõe, pois a integração sentimental das comunidades está ligada a ideia de pacificação para os neofuncionalistas a pacificação vem de uma integração política e supranacional, e não de uma identificação das pessoas.

Por fim, a teoria do neoinstitucionalismo enfatiza a necessidade de existirem instituições internacionais para resolver as falhas de mercados, os problemas econômicos e também os problemas que decorrem da integração econômica e política. Para os neointitucionalistas, as instituições promovem a cooperação e criam os incentivos para que os Estados solucionem as suas disputas.

De acordo com Pinto (2004, p. 24):

Os institucionalistas não elevam os regimes internacionais a posições míticas de autoridade sobre os Estados, mas ao contrário, entendem que tais regimes são criados pelos Estados para alcançarem os seus objetivos. Para poderem enfrentar dilemas de coordenação e colaboração sob condições de interdependência, os governos procuram instituições internacionais que lhes permitam alcançar os seus objetivos por via de uma ação coletiva limitada.

Desse modo, a teoria institucionalista vai contra a noção de supranacionalidade, tão discutida entre as teorias da integração. Segundo Sarfati (2011, p.189), “as instituições supranacionais aos poucos tomam o lugar das instituições nacionais, eliminando, assim, a tradicional noção de nação-Estado”.

Concluimos que essas teorias políticas da integração, estão intimamente ligadas à integração europeia, que procuram explicar as particularidades que caracterizam tal processo de integração em constante aperfeiçoamento. Ressaltamos que todas as teorias citadas anteriormente trouxeram contribuições para as relações internacionais, mas que a mais adequada de todas as teorias para analisar o objeto de estudo proposto neste trabalho a saber a participação e posteriormente o desejo de saída do Reino Unido da União Europeia seria a neofuncionalista que destrincharemos na sessão seguinte.

2.2.1 A teoria neofuncionalista e a integração regional

Para os neofuncionalistas, integração “significa o processo de transferência das expectativas excludentes de benefícios do Estado-nação para alguma entidade maior” (HAAS, 1964, p.710). Esse autor reconhecia que nem todas as alianças regionais

resultam em integração de mercado. A integração poderia se traduzir numa força armada unificada mais ampla, capaz de deter um inimigo que, isoladamente, não seria possível barrar. Essa era uma preocupação presente nos primórdios da União Europeia, cujos integrantes sentiam-se ameaçados pela União Soviética. Portanto, com o fim da Guerra Fria esse sentimento cedeu espaço para a competição econômica dentro de um mundo globalizado. Criou-se um espaço para uma nova abordagem teórica liberal, trata-se, em primeiro lugar da década *détente* (ou distensão), o degelo nas relações entre Estados Unidos e União Soviética que trouxe avanços sobre o controle da corrida nuclear entre as superpotências.

Nogueira e Messari (2015, p.80) afirma que a *détente* criou a percepção de que as questões tradicionais de segurança, que dominaram as atenções dos analistas internacionais durante a Guerra Fria até então, perderiam importância diante de outros temas emergentes, em particular os de natureza econômica, como o desenvolvimento e a independência.

Acerca da teoria neofuncionalista Mariano e Pasquariello (2011, p.55) afirmam que:

Os processos de integração seriam impulsionados a partir de um núcleo central – chamado funcional – formado pelos governos que dão início às negociações, por serem atores com capacidade e poder para assumir um compromisso desse tipo e fazer com que a sociedade o respeite. Em outras palavras, a integração é impulsionada pelo núcleo funcional constituído pelos governos e as burocracias especializadas para formular sua estratégia política. A capacidade decisória estaria concentrada nesses atores.

Dizemos que a teoria neofuncional apoia a integração política além da econômica, tem como objetivo a vontade comum de constituir a unificação de comunidades nacionais em uma entidade mais ampla e promover a cooperação para obter desenvolvimento econômico, além de maximizar o bem-estar. Mas para uma integração ser conquistada, os objetivos dos Estados têm que ocorrer em concordância, mesmo que seus valores e interesses sejam distintos. Deste modo, são determinados através de um conjunto de países valores dos diversos grupos existentes na sociedade, cada qual com uma ideologia e está sendo compartilhada para os seus membros e assim transformados em ações, tornando-se assim interesses. Assim quando diferentes grupos compartilham os mesmos interesses, “na

verdade estão compartilhando uma série de valores que lhes permite a aproximação e cooperação, embora possuam e persistam diferenças entre eles” (MARIANO; PASQUARIELLO, 2011, p. 56).

Observamos esse fato predominante durante a implementação do Ato Único Europeu, em 1986, quando a Comissão redigiu um documento que estabelecia que deveriam ser tomadas as seguintes medidas para que houvesse um avanço na integração entre os países da Europa (MENEZES, 2006, p.31):

- Eliminação de entraves comerciais de natureza técnica
- Proteção jurídica nos setores da indústria e dos direitos autorais
- Liberalização do setor de encomendas públicas
- Reforma no sistema de telecomunicações
- Liberdade de residência
- Livre fluxo de capitais
- Regulamentação do setor de prestação de serviços
- Liberação de transportes
- Harmonização fiscal

Em suma, o Ato Único Europeu reafirmou o propósito de uma união política e promoveu o revigoramento do processo de integração europeia. Avanços no campo político como a reforma das atribuições do Parlamento Europeu o qual teve suas atividades ampliadas. A partir deste momento ele passa a ter um papel legislativo em todas as questões associadas ao objetivo de realizar um mercado único, novas políticas comuns também foram lançadas no âmbito do revigoramento da Comunidade, com a política regional, de cooperação econômica e monetária e até mesmo assuntos sobre meio ambiente (MENEZES, 2006, p.33).

Para a teoria neofuncionalista a integração regional não se baseia só em uma eliminação de barreiras comerciais entre os países membros, mas também em uma integração política. Como citado por Mariano e Pasquariello (2011, p. 58, grifo do autor):

A teoria neofuncionalista supõe que a integração econômica requer mais do que a remoção de barreiras administrativas e fiscais ao comércio, levando a uma politização do processo. “Integração pode ser concebida como envolvendo a politização gradual dos propósitos dos

atores”. Politização é a ampliação da agenda de negociação para temas desconsiderados anteriormente ou considerados não-pertinentes, significando maior delegação de soberania para o centro decisório da integração.

A conclusão para a teoria neofuncionalista é a necessidade da criação de uma administração para as questões referentes à integração, de preferência com carácter supranacional. Neste caso, vimos a intensificação do poder do Parlamento Europeu em 1997 com o Tratado de Amsterdã, no qual foi acordado a extensão de poder em que as decisões passam a ser tomadas conjuntamente com o Conselho de Ministros. Ainda no ano de 1997, foi lançado o primeiro passo para a implementação de uma política de defesa comum considerado um tema polêmico porque muitos países se posicionaram contra, principalmente o Reino Unido. Não houve entendimento que permitisse grandes avanços no plano institucional.

A primeira se dá pela presença de instrumentos decisórios onde os Estados participantes atuam através de representantes e onde não existem instituições comuns que possuam poderes acima dos Estados nacionais. A burocracia administrativa é reduzida e a dinâmica do processo gira em torno de um mínimo denominador comum. No caso da organização supranacional, o relacionamento de interesses é mais amplo. Além dos representantes governamentais, incorpora-se ao processo outros atores relevantes das sociedades envolvidas e a dinâmica decisória tende a adquirir mais autonomia com relação aos Estados nacionais. A burocracia administrativa, neste caso, é ampliada e busca-se o incremento de um interesse comum (MARIANO; PASQUARIELLO, 2011, p. 58).

Neste caso, os sistemas decisórios de intergovernamentalidade e supranacionalidade já existiam na União Europeia. Mas o Tratado de Nice, 2001, veio concretizar esses órgãos já que neste período o bloco incorporou um grande número de países e os sistemas decisórios tinham que estar implementados com coerência. As principais decisões tomadas pelo Tratado foram: dimensões e composições da Comissão Europeia¹; composição do Parlamento Europeu; ponderação dos votos dos

¹ A Comissão Europeia é o órgão executivo da UE, sendo politicamente independente. É responsável pela elaboração de propostas de novos atos legislativos europeus e pela execução das decisões do Parlamento Europeu e do Conselho da UE (<http://europa.eu/>).

Estados membros no Conselho; alargamento das votações por maioria qualificada; e cooperações reforçadas.

No Tratado de Nice também foram expostas outras ideias cujos países com maior influência dentro do bloco (França, Alemanha e Reino Unido) não concordaram com os pontos, pois as reformas já implementadas diminuiriam a influência destes dentro do Conselho Europeu que é o maior órgão de tomada de decisões.

Os pontos que também fizeram parte da negociação e que estão em negociação até hoje entre os países membros principalmente na Cimeira Europeia² são: estabelecer uma delimitação mais precisa das competências entre a União Europeia e os países membros; definir o Estatuto da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia; simplificação dos tratados, a fim de torna-los mais claros e compreensíveis, sem alterar o seu significado; e definir o papel dos parlamentos nacionais na arquitetura europeia (MENEZES, 2006, p.39).

Para reforçar a ideia de supranacionalidade, a institucionalização é que leva os cidadãos a reforçar sua lealdade para um nível supranacional. Diferente da teoria transnacional no qual a lealdade do indivíduo perante a integração vem de uma identidade em comum.

Um conceito desenvolvido por Haas que podemos destacar dentro da teoria neofuncionalista é o *spillover* que exprime a ideia que a “integração de determinada função conduziria à integração de outras funções em um processo de intensificação da integração” (SARFATI, 2011, p.187). Temos como exemplo a integração da Europa na Comunidade Econômica do Carvão e do Aço (CECA) que inicialmente se integraram com a necessidade de compartilhar somente os bens carvão e aço e posteriormente criou a necessidade de instituições comuns e novas integrações de bens. Sarfati (2011, p.187) explica a lógica de *spillover*.

A lógica do *spillover* é que cada passo de integração funcional dispara um processo político que gera demandas por novos passos no processo de integração, portanto, os governos nacionais, a cada passo, são forçados a escolher entre ceder sua autonomia em mais uma função, ou em caso de recusa, colocar em risco os esforços de integração setorial consolidados. Assim, quanto mais setores são institucionalizados, cada vez se torna maior a

² A Cimeira Europeia (também referido como Conselho Europeu), é o mais alto órgão político da União Europeia. É composto pelos Chefes de Estado ou de Governo dos países membros da União juntamente com o Presidente da Comissão Europeia. A sua reunião é presidida pelo Presidente do Conselho Europeu (Conselho da Europa, online).

necessidade de novas institucionalizações e, a essa altura, se os governos nacionais falharem em se mover para a frente, há também riscos enormes do custo da interrupção desse processo.

O processo de *spillover* também ocorre quando as partes encontram obstáculos na identificação de seus interesses comuns, as instâncias supranacionais de integração desempenham um papel central na tentativa de negociar acordos que possibilitem o avanço dos processos de regionalização (NOGUEIRA, 2005, p.78-79).

Para que as elites burocráticas e governamentais se empenhem na construção e ampliação de instituições internacionais eficazes, é preciso que estejam convencidas tanto dos benefícios materiais resultantes da integração quanto de sua importância no contexto de uma visão de mundo que acredita ser a cooperação na interdependência a melhor forma de organizar as relações internacionais pacificamente. “O mundo visualizado por Hass é, entretanto, caracterizado pela tendência ao declínio do Estado-Nação” (NOGUEIRA; MESSARI, 2005, p.79).

2.2.2 O Intergovernamentalismo

Outra teoria que podemos levar como referência para o processo de integração europeia é o intergovernamentalismo, esta corrente que acabou sendo mais significativa para uma abordagem da ciência política. O intergovernamentalismo destaca os interesses econômicos como principal força condutora da integração regional, a qual, ao evidenciar a importância das instituições regionais atribui um papel central aos governos nacionais. Essa teoria foca na crescente interdependência das economias e a importância das instituições para as soluções de problemas gerados pela integração. Como afirmou Pinto (2004, p. 25):

Os eventos ocorridos na Europa na segunda metade dos anos 1980 (Ato Único Europeu com o objetivo de criar o Mercado Único Europeu e o Tratado de Maastricht, com vista à criação da União Económica e Monetária) contribuíram, segundo Coleman (1998) para o descontentamento da abordagem neofuncionalista no tocante à evolução da Europa, ao mesmo tempo que levou ao desenvolvimento da análise intergovernamentalista.

A tradição intergovernamentalista está presente no neorrealismo e no neoliberalismo, apesar de ambas as correntes produzirem registos explicativos diferentes. A explicação neorrealista é essencialmente estrutural: “A integração europeia do pós-guerra é uma criatura decorrente da evolução para o sistema bipolar

e responde às dimensões geradas pela rivalidade das superpotências” (RAMOS, 2005, p. 335).

Já o intergovernamentalismo liberal destaca-se as produções de Moravcsik que produziu uma análise das negociações conducentes a UE no quadro do que designou “intergovernamentalismo intergovernamental”, apresentando um quadro internacional como sendo dominado pelas relações entre os Estados. O autor afirmou: “A CE pode ser analisada como um regime intergovernamental bem sucedido, desenhado para gerir as interdependências econômicas através de coordenação política negociada” (MORAVCSIK, 1993, p.474, tradução nossa).

2.3 Os dilemas atuais da integração na Europa

A integração na Europa não é um processo acabado, é um programa em construção que passa por avanços e recuos. A Europa ainda tem problemas políticos e econômicos, alguns dos quais de difícil solução.

Existem pontos de entrave sobre os avanços econômicos e políticos do maior bloco econômico da atualidade. Destacamos a recusa dos franceses, seguida pelos holandeses, com relação à Constituição Europeia, o grau relativamente elevado de descontentamento com a questão social e com as incertezas com relação ao futuro, a desaceleração econômica e o aumento do nível de desemprego gerando temores para as populações dos países integrados, e fatores que afetam a construção de uma União Política.

Há entraves de uma União Política completa porque existem países que se opõe a uma união completa. Destacamos, principalmente, o Reino Unido que sempre esteve interessado a uma união econômica, mas nunca desejou uma união política, assistimos na atualidade muitos exemplos de Londres se opondo a uma integração política, sendo o referendo para o pedido de saída do bloco o principal.

Outro problema da União diz respeito à integração dos países da Europa central e do leste europeu que até pouco tempo faziam parte do mundo socialista. Há a ideia de que essas economias não podem ser simplesmente agregadas ao bloco como se a União Europeia fosse apenas uma zona de livre comércio (MENEZES, 2006, p.42). Podemos destacar que o problema social que mais preocupa os países da Europa central são as migrações dos países do leste que são potenciais novos membros e até mesmo daqueles que já se integraram ao bloco.

O principal aspecto que a União Europeia enfrenta é que ainda não é um ator internacional que age de forma integrada e homogênea, mesmo porque o projeto de União Política ainda não está totalmente consolidado. Assistimos, como exemplo, as divergências de opiniões entre as nações sobre o caso do Iraque, em que a Alemanha e França colocaram-se contra a decisão norte-americana de intervenção direta naquele país. Por outro lado, a Itália, Espanha e principalmente a Inglaterra colocaram-se a favor dos Estados Unidos. Dessa forma, está ficando cada vez mais urgente a necessidade do desenvolvimento efetivo de uma Política Externa e de Segurança Comum (PESC).

Mesmo considerando que não há uma política externa unificada, que congregue todos os interesses da União Europeia, há vários campos nos quais podemos observar uma ação mais coordenada como, por exemplo, no que diz respeito às negociações comerciais internacionais promovidas no âmbito da [Organização Mundial do Comércio] OMC e de acordos de comércio com outros países ou blocos regionais, como Asean e o Mercosul (MENEZES, 2005, p.44).

Importante destacar que a União Europeia está se constituindo como uma alternativa perante aos Estados Unidos em termos de possibilidades para negociações que envolvam outros blocos regionais, como é o caso da América do Sul e da África. Assim, no campo econômico, existem posições que colocam a União Europeia em posição de confronto com os Estados Unidos, principalmente no campo do protecionismo comercial e da competição econômica por mercados em desenvolvimento.

Os dois pontos distintos que os Estados Unidos se opõe aos termos de política e as relações com os norte-americanos que podemos destacar são (NOGUEIRA; MESSARI, 2015, p.93-94):

- Os setores mais liberais que aceitam o atual modelo econômico regido pela onda neoliberal e “globalizante” e, para os quais, a liderança norte-americana é natural e desejável.
- Os setores que preconizam que a Europa deve adotar um modelo econômico mais social e, portanto, menos excludente e “neoliberal”. Portanto, desde o princípio o objetivo da Europa sempre foi a independência dos pensamentos norte-americanos desejando uma Europa mais autônoma. Mas esse sempre será o obstáculo mais difícil a ser superado.

Todavia, é preciso considerar que quando estudamos a União Europeia estamos diante de um projeto ousado e relativamente bem-sucedido de integração regional, mesmo que ainda incompleto. É um espaço europeu, do conceito de Estado-nação, que paulatinamente vem dando lugar a uma entidade cada vez mais supranacional, em um movimento que é ao mesmo tempo ousado e pioneiro, talvez indicador de uma tendência para o futuro das relações internacionais. Os setores econômicos e políticos servem de inspiração para o resto do planeta.

Concluimos esse capítulo dizendo que a teoria neofuncional não é isenta de críticas, tampouco a teoria intergovernamental, mas é a que mais se aproxima do caso estudado nesse trabalho. Existem argumentos contrários a tal teoria que definidos pelo pensamento neoliberal atual que o contexto da integração estratégica pode mudar por meio da formação de instituições que desempenham três funções básicas para a formação do sistema de integração. Primeiramente seria o aumento de fluxo de informações, permitindo maior transparência acerca das intenções, interesses e preferências dos Estados, contribuindo para a redução da incerteza que caracteriza o ambiente anárquico. A comunicação entre os atores cria condições para a coordenação de estratégias que aumentam o ganho conjunto das partes por meio da cooperação. O ponto seguinte permite o controle do cumprimento dos compromissos, as instituições estabelecem mecanismos de monitoramento e controle que visam a verificar se as partes de um regime estão cumprindo com os acordos firmados, pois um dos principais obstáculos da cooperação é o medo da trapaça. O terceiro e último ponto é que as instituições mudam as expectativas dos atores a respeito da solidez dos acordos ao longo do tempo. A incerteza quanto ao futuro é outro grande obstáculo à cooperação, a exigência de regras, a falta de clareza sobre como se comportarão esses mesmos atores ao longo do processo de interação no contexto de um regime e as longas e sucessivas negociações entre as partes dificulta a interação entre eles (NOGUEIRA; MESSARI, 2005, p.93-94).

Esses pontos citados anteriormente são algumas justificativas para o Reino Unido desejar a saída da União Europeia atualmente e acabar optando por um referendo que será aplicado em 2017 como prometido por David Cameron que será objeto de estudo posteriormente.

No próximo capítulo analisaremos o contexto britânico dentro da União Europeia e quais os seus principais posicionamentos desde de sua criação e

entenderemos alguns fatores para a adesão e posteriormente a desejada saída da instituição.

3 Histórico da participação do Reino Unido na União Europeia

Neste capítulo, vamos estudar a trajetória do Reino Unido dentro do maior bloco econômico já existente, a União Europeia. Mostraremos os motivos de desinteresse inicial inglês pelo bloco e os que conduziram, posteriormente, sua entrada. E também o que iniciou e aflorou o sentimento eurocético na nação. Euroceticismo é o que se baseia em “uma pessoa ou país que se opõe ao aumento crescente de poderes da União Europeia” (GEORGE, 2000, p.15).

Dessa forma, iniciamos a trajetória com a proposta de unificação da Europa que vem logo após da Segunda Guerra Mundial com objetivo de reconstruir os países devastados, e também devido a necessidade também de estar em novos conflitos e intensificar as relações interestatais. A ideia toma força depois de um discurso de Winston Churchill, chefe de governo britânico em 1946, convocando os países a formarem os “Estados Unidos da Europa” (NAIME, 2005, p.1).

3.1 Contexto Britânico

A proposta de unificação europeia surgiu logo após a Segunda Guerra Mundial tanto pelo objetivo de intensificar as relações interestatais e a fim de evitar novos conflitos entre nações. A ideia tomou força depois de um discurso de Winston Churchill, chefe de governo britânico em 1946, no qual o representante governamental convocava os países a formarem os “Estados Unidos da Europa” (NAIME, 2005, p.1).

Em 9 de maio de 1950, Robert Shuman, ministro dos negócios estrangeiros francês entre 1948 e 1952, apresentou seu plano de cooperação, então nomeado “Plano Shuman”. Em 1951, seis países decidiram assinar um tratado que visava colocar suas indústrias pesadas do carvão e do aço sob uma autoridade comum, surgindo então Comunidade Econômica do Carvão e do Aço (CECA).

Em 1957, os mesmos seis países perseguindo um objetivo mais ambicioso assinaram o Tratado de Roma, que consistia em uma maior integração entre os países membros, configurando o mercado comum³. O bloco chamado de CECA passou a ser

³ O conceito de “mercado comum” tem sua origem no processo integralista da então Comunidade Econômica Europeia (CEE), iniciado com o Tratado de Roma em 25/03/1957. Caracteriza-se pela livre circulação dos fatores de produção, capital e trabalho, que ensejará, por conseguinte, o livre

nomeado de Comunidade Econômica Europeia (CEE), pois houve a ampliação dos pilares da integração, sendo possível a livre circulação de serviços, capitais, pessoas e bens com o intuito de acelerar o desenvolvimento econômico. (AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE FRONTEIRA, 2010, p.1).

Em 1973, o Reino Unido aderiu ao bloco junto com a Irlanda e a Dinamarca formando um total de 9 membros.

Em 1993, o Tratado de Maastricht entra em vigor como resultado de décadas de evolução no caminho da integração europeia. Antes desse tratado, o “Ato Único Europeu” já tinha objetivos em comuns ao de Maastricht, só não conseguiu entrar em vigor porque o Conselho Europeu ainda não era um órgão da Comunidade Europeia e o voto tinha que ser unânime (BALDISSERA, 2012, p.13).

O Tratado de Maastricht passou a ser conhecido como “o Tratado da União Europeia”. A partir desse momento o bloco adquiriu status de União Europeia, ganhou esse nome porque foram inseridos mais dois pilares de integração: a moeda única e políticas comuns aos países participantes. Como citado (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2002, p.7):

Os mais importantes objetivos do Tratado são, em primeiro lugar, a união econômica e monetária dos Estados Membros da EU; a seguir, busca-se a definição e a execução de uma política externa e de segurança comuns; a cooperação em assuntos jurídicos; e a criação de uma “cidadania europeia”.

Somente em 1999 que a terceira fase da integração deu início com a introdução de uma moeda única, o euro, dando origem a União Monetária Europeia, em que onze países participantes aderiram à moeda. Até hoje o Reino Unido não aderiu à moeda única europeia, pois a sua moeda libra esterlina, é a mais forte dentro do bloco. Em 2002, o objetivo principal da UE foi a implementação do Banco Central Europeu (BCE), que passou então a ser o formulador de política macroeconômica e gestor da economia comunitária (NAIME, 2005, p.5).

Atualmente a União Europeia é o maior bloco de integração entre Estados não só pelo número de membros, 28 no total, mas também por causa do escopo

estabelecimento e a livre prestação de serviços pelos seus nacionais. Compõe-se, portanto, das quatro liberdades: livre circulação de bens, serviços, pessoas e capitais (CABRAL, 2013, p.12).

abrangente de sua integração. Atualmente, discute-se a adoção de uma Constituição única, o que representaria a consolidação de uma união política de fato. Esse fato ainda não saiu do papel pelo veto de muito países e o Reino Unido é contra a proposta.

A partir desse momento, faremos um breve histórico do Reino Unido dentro do bloco europeu, iniciando sua trajetória em 1945 até os tempos atuais. Demonstrando os reais motivos de a nação ter interesse a adesão e posteriormente os motivos da desejada saída do maior bloco de integração regional.

3.2 Os anos 1945 a 1969

A política de bem-estar social⁴ foi introduzida pelo ex-1º ministro Clement Attlee, que ganhou às eleições no Reino Unido, que era líder do Partido Trabalhista. Clement Attlee foi responsável pelas reformas mais significativas do século XX no Reino Unido sendo o pioneiro a introduzir a política de bem-estar social através do Serviço Nacional de Saúde (NHS, sigla em inglês) e nacionalizou um quinto da economia britânica incluindo o Banco da Inglaterra, as Indústrias do carvão e do aço, e o transporte público, sistema de comunicação e o sistema elétrico e a gás.

Devido ao programa de nacionalização britânico a CECA, a primeira instituição europeia em 1951, também não pode aceitar a inclusão do Reino Unido no bloco, devido ao programa de nacionalização do carvão e do aço por Clement Attlee (COSTA, 2014, p.1). Durante a formação do CECA, o Reino Unido era o líder na produção do carvão e do aço na Europa, por isso, houve um grande desinteresse do país com relação a sua participação do bloco. Também havia o motivo de o Reino Unido não suportar a ideia de ceder sua soberania a terceiros (PALMER, 2014, p.286). Houve consequências aos atos de nacionalização britânicos, os imensos gastos públicos e a descolonização da Índia.

Em 1957, quando a CECA se tornou CEE ocorreu o primeiro pedido do Reino Unido para a entrada no bloco, no entanto os franceses vetaram a entrada do país

⁴ O “**Estado de Bem-Estar Social**” é um modo de organização no qual o Estado se encarrega da promoção social e da economia. Foi o modelo predominante nos países ocidentais na segunda metade do século XX defendendo o desenvolvimento do mercado, porém acompanhado de políticas públicas e da interferência do Estado na economia para corrigir os erros e proteger a população (GASPARETTO JUNIOR, online).

pela suspeita de que este priorizasse as relações com os Estados Unidos ao invés de relações com a Europa. (PALMER, 2014, p.286).

O desinteresse do Reino Unido perante a entrada no bloco econômico era visível neste período, porque o governo conservador também não possuía interesse em uma negociação com o CEE; como citou Palmer (2014 p.285):

Os governos conservadores subsequentes que estiveram no poder na maior parte dos anos 1950 e início dos anos 1960 não foram mais encorajadores. Em 1952, o Secretário de Exterior, Antony Eden, falou de “frequentes sugestões que o Reino Unido deveria se juntar à federação do continente europeu. Isto é algo que nós sabemos, lá no fundo, que não podemos fazer”.

Os fatores internos que contribuíram para aflorar o interesse do Reino Unido para adesão do bloco vieram logo depois, quando ocorreu um declínio da base industrial britânica e o país acabou perdendo mercados internacionais para nações europeias que estavam passando por um processo de modernização e restauração. Já os fatores externos eram compostos pelos países africanos e asiáticos da Commonwealth⁵ não poderiam oferecer os mesmos níveis de crescimento de exportações.

A crise do canal de Suez em 1956 também interferiu para o aumento do interesse britânico na UE. A Crise de Suez, também conhecida como Guerra de Suez, foi uma crise política que teve início em 29 de outubro de 1956, quando Israel, com o apoio da França e Reino Unido, que utilizavam o canal para ter acesso ao comércio oriental, declarou guerra ao Egito. O presidente do Egito, Gamal Abdel Nasser havia nacionalizado o canal de Suez, cujo controle ainda pertencia à Inglaterra. Em consequência, o porto israelense de Eilat ficaria bloqueado, assim dificultando as relações comerciais britânica. Então o Primeiro Ministro Harold MacMillan priorizou a entrada na União Europeia (PALMER, 2014, p.287).

⁵ É uma organização intergovernamental composta por 53 países membros independente. Todas as nações membros da organização faziam parte do Império Britânico, do qual se desenvolveram. Os Estados-membros cooperam num quadro de valores e objetivos comuns, conforme descrito na Declaração de Singapura. Estes incluem a promoção da democracia, direitos humanos, boa governança, Estado de Direito, liberdade individual, igualitarismo, livre comércio, multilateralismo e a paz mundial.

A *Commonwealth* não é uma união política, mas uma organização intergovernamental através da qual os países com diversas origens sociais, políticas e econômicas são considerados como iguais em *status* (ARAÚJO, online).

3.2.1 As iniciativas deliberadas do Reino Unido para ingresso na CEE

Como citado anteriormente, como ocorreu um declínio na indústria de carvão e aço do Reino Unido que era forte durante a integração de países no bloco CECA os britânicos viram uma oportunidade de mercado na Europa continental, já que esta crescia no mercado internacional. Neste período, os países da Commonwealth também não estavam abastecendo como antes os mercados britânicos.

O Reino Unido entrou com um pedido de solicitação de participação no bloco econômico que até então eram integrados por Alemanha, Bélgica, França, Itália, Luxemburgo e Países Baixos. No entanto, o líder francês, Charles de Gaulle, vetou duas vezes a entrada dos britânicos no CEE alegando que o Reino Unido dificultaria uma integração regional plena, temiam a competência que o país oferecia ao se ingressar pois este ainda priorizava relações comerciais com os Estados Unidos, possuía ainda muitos interesses comerciais na Commonwealth. Como Charles de Gaulle defendia uma “Europa de pátrias”, ou seja, é uma expressão utilizada pelo governo francês da época que estava disposto a se tornar independente das duas potências mundiais que protagonizavam a Guerra Fria, a Rússia e os Estados Unidos. Charlie de Gaulle alegou que o Reino Unido não era competente para a construção do termo, pois os britânicos ainda priorizavam as relações com os Estados Unidos.

Podemos destacar que mesmo com o interesse britânico de participação no bloco, os britânicos não defendiam as políticas comunitárias como cita Altman (2011):

Londres defendia a criação de uma zona de livre comércio, em que seriam abolidos os direitos alfandegários internos, mas em que cada país tivesse liberdade de decidir suas próprias políticas em relação aos países não comunitários. Eles também não tinham nenhuma vontade de participar de um projeto em que se previa o fim da soberania de cada estado em benefício de instituições supranacionais europeias. Os britânicos desconfiavam, e ainda desconfiam, do objetivo da unidade política europeia.

Estes também foram argumentos a favor da não entrada do Reino Unido na CEE. Para o Reino Unido o ingresso no bloco econômico significava uma estruturação na economia do país. Pois teria um suporte da política agrícola europeia já que estava ocorrendo um aumento do preço de alguns produtos por causa do processo inflacionário. O corte salarial de trabalhadores também era um problema, pois a industrial também estava em declínio no Reino Unido. O comércio entre os países da

Commonwealth deixou de ser prioridade, já que os países que a compunham não conseguiam seguir com a oferta comercial de antes.

3.3 Os anos 1970 a 1990

A economia mundial sofreu um grande abalo por conta da falta de petróleo, principalmente os Estados Unidos que entraram em recessão após a crise do petróleo de 1973, e ao mesmo tempo em que economias como o Japão começaram a crescer (BINENCASA e TEIXEIRA, 2011, p.26). O mundo entra em recessão porque a maioria dos países do ocidente, principalmente os Estados Unidos, dependia inteiramente do petróleo que vinha do oriente. Como os países exportadores desse produto estipularam um preço altíssimo, as demais nações foram obrigadas a procurar alternativas ao combustível.

Deu-se também um agravamento da inflação e a Europa entrou em fase de estagnação, isto é, uma combinação de uma recessão com o aumento da inflação. Utzig (2012, p.22):

Como resultado desta situação [da Europa], registram-se inúmeras falências e a crise das indústrias tradicionais que haviam estado na base do arranque da Revolução Industrial, como a siderurgia, a metalurgia, os têxteis e derivados destas também foram impactadas. Ainda o problema do desemprego, que no princípio dos anos 70 quase desaparecera, volta a afligir as economias europeias, mas desta vez é um desemprego muito focalizado, de modo que, atingem essencialmente jovens sem formação especializada, mulheres, trabalhadores imigrantes e os operários das indústrias tradicionais.

O Reino Unido viu uma oportunidade de se integrar à União Europeia, pois a sua economia também estava em recessão. Deste modo, a nação integrou-se ao bloco em 1973. Neste período, a “virada neoclássica” da política econômica começou antes mesmo da eleição de Margaret, durante o governo do primeiro ministro James Callaghan. O governo trabalhista se dividiu entre os que defendiam uma “estratégia alternativa” da política e os que defendiam a ida da Grã Bretanha ao FMI, sendo o segundo grupo vencedor. Apesar de tudo isto, não há dúvida que foi Thatcher que passou para a história como porta-voz do neoliberalismo das últimas décadas do século XX (FIORI, 2009, p.1).

No início dos anos 80, devido as sucessivas crises econômicas e o início da era Thatcher/Reagan⁶, mostrou a limitação de intercâmbios comerciais entre a União Europeia e outros blocos. A crise da dívida externa latino-americana também foi um problema para as relações entre a Europa e a América Latina, como citou Trein (2007, p.4):

A crise da dívida externa latino-americana (1981-1982) teve implicações não só econômicas, mas também políticas para a relação entre a Europa e a América Latina. Já a Guerra das Malvinas, que envolveu a Argentina e o Reino Unido, pôs em evidência a falta de um diálogo político efetivo entre aqueles dois países, o que era só mais uma expressão da falta de diálogo entre as duas regiões. Nesse cenário, contudo, o fim das ditaduras militares e a gradual redemocratização dos países do Cone Sul, nos anos 80, contribuíram para o início do que os países latino-americanos chamaram de um “diálogo renovado” com a Comunidade Europeia.

A Europa, por sua vez, desde meados dos anos 80, já vinha estudando medidas para relançar seu projeto de integração. Desta forma, em 1986, o Ato Único Europeu estabeleceu que as questões de Política Comercial passassem a ser decididas não mais por unanimidade, mas por maioria qualificada. Era um modo de dar mais agilidade às decisões. Esse Ato decidiu ainda sobre as condições necessárias ao estabelecimento de um mercado interno, até 1992, e sobre as bases de negociação da ainda “Comunidade Europeia” com outros blocos.

Mas essas medidas não contribuíram para um sentimento positivista por parte do Reino Unido, afloraram um sentimento contrário: o euroceticismo; que crescia no Partido Trabalhista e se tornou intensamente crítico a UE. Este crescente sentimento foi alimentado por diversos fatores distintos, temos com exemplo a escala de contribuição anual líquida por parte do Reino Unido que vamos falar mais detalhada posteriormente e também o Ato Único foi um problema por causa da ampliação de poder aos órgãos públicos da UE, que o Reino Unido sempre se posicionou contra. A senhora Thatcher iniciou algumas negociações no Conselho Europeu por causa dos

⁶ Margaret Thatcher e Ronald Reagan sempre foram considerados almas gêmeas na política e na economia. Para o economista Martin Feldstein, ambos merecem os créditos por terem revolucionado as economias de seus países. Há 30 anos, Ronald Reagan e Margaret Thatcher realizaram uma revolução na política e nas ideias tanto na economia como nas relações exteriores. As economias dos Estados Unidos e do Reino Unido são hoje fundamentalmente diferentes em razão de suas ações. O colapso do comunismo no Leste Europeu e na antiga União Soviética também foi consequência de suas políticas (FELDSTEIN, 2013).

descontentamentos com a política do bloco e principalmente para reivindicar a contribuição anual líquida por parte do Reino Unido.

3.3.1 Negociações com a União Europeia

Quando o Reino Unido aderiu o bloco econômico ficou submetido a várias regras presentes no Tratado da União Europeia mesmo que não tivesse aderido a zona do euro. A principal política aderida pelos ingleses foi a “política agrícola” (PAC), instituída no bloco em 1962, que representa a mais importante política da UE, absorvendo 45% do orçamento comunitário - mais de 44 bilhões de euros em 2002. Contemplam, em seu âmbito, as chamadas Organizações Comuns de Mercado (OCM), que correspondem a políticas setoriais específicas que abrangem todos os setores da agricultura europeia, à exceção de batatas e álcool. Consiste no artigo 33 do Tratado da Comunidade Europeia que é “incrementar a produtividade da agricultura, fomentando o progresso técnico, assegurando o desenvolvimento racional da produção agrícola e a utilização ótima dos fatores de produção, designadamente da mão-de-obra”. (SEITENFUS, 2009, p. 829). Mesmo não sendo o principal foco dos ingleses esta política foi útil já que o mundo estava em recessão.

O Reino Unido sempre foi muito receoso perante a União Europeia, mesmo com a adesão deste. Sempre fazendo “jogo duplo” com o bloco e os Estados Unidos, e sempre com medo de perder sua soberania para o Conselho e até mesmo o Parlamento Europeu. Posteriormente, as problematizações nas políticas agrícolas e de integração econômica também foram os pontos criticados pelos ingleses. Defendendo uma reforma profunda da Política Agrícola Comum (PAC) como parte das negociações ao Orçamento Comunitário. Conforme Ferreira, Rodrigues e Malta (2006, p.19):

O Reino Unido é contra o projeto europeu de que a PAC seja responsável por 40% do orçamento, beneficiando alguns países como a França, mas prejudicando as economias em desenvolvimento. Outros países, entre eles, a França exige o fim do cheque britânico, que é um reembolso que permite ao Reino Unido receber parte das transferências feitas para UE.

Desta maneira, inicia várias negociações por parte do Reino Unido que podemos nomeá-las como “renegociações sem significado”.

3.3.2 A renegociação sem significado

Durante os anos 80, a maioria eurocética no partido Conservador inglês começou a crescer em influência. Mas quando Heath foi substituído como líder do partido por Margaret Thatcher em 1975, ela era no início fortemente pró-europeia. Mas o crescente sentimento foi alimentado por diversos fatores como o aumento notável na escala de contribuições anuais líquidas por parte do Reino Unido para o orçamento da UE. A escala de gastos na Política Agrícola Comum foi uma fonte particular de queixa, já que a nação tinha um setor agrícola pequeno. Mesmo recebendo várias críticas os proprietários de terras britânicos tinham sucesso com a PAC, tendo a maior renda per capita do bloco (PALMER, 2014, P. 288). A União Europeia, neste período, é vista pelos britânicos como sendo uma fonte de problemas.

Dessa maneira, foi o orçamento que desencadeou a primeira grande crise nas relações entre Reino Unido e CEE. Como sugere Palmer (2014, p.298):

A Sra. Thatcher lançou uma ofensiva completa no Conselho Europeu de Dublin em 1979 com um toque de corneta “Eu quero meu dinheiro de volta”. Ao longo dos subsequentes e rabugentos anos de barganha, ao Reino Unido foi eventualmente dado um privilegiado “desconto” na verba, em um esforço de criar um limite para suas contribuições líquidas.

Porém, o manifesto inglês mais tarde se tornou algo como uma anomalia já que praticamente todos os demais países se tornaram grandes contribuintes.

O apoio do Reino Unido a um Mercado Único vai contra os questionamentos sobre o orçamento já que o principal objetivo das finanças são os investimentos, outras medidas de crescimento sustentável para criar empregos e tornar a economia europeia mais competitiva mundialmente.

3.4 Os anos 1990 até atuais

A década de 90 começou com o colapso da União Soviética e o fim da Guerra Fria, sendo esses seguidos pela consolidação da democracia, globalização e capitalismo global.

Em 1990, Thatcher renuncia a chefia do Partido Conservador e foi substituída pelo ex-ministro John Major, este diferenciou sua política capitalista do capitalismo popular da “Dama de Ferro”.

Neste período, a CEE ultrapassa uma etapa importante ao estabelecer regras claras para a futura moeda única, a política externa e de segurança e o reforço da

cooperação em matéria de justiça e de assuntos internos. A "Comunidade Europeia" é formalmente substituída pela "União Europeia". No entanto, o primeiro ministro tomou distância dos acordos europeus de uma união monetária. Por outro lado, a fidelidade da diplomacia britânica em relação aos Estados Unidos permaneceu inalterável. O Reino Unido ainda fazia jogo duplo entre Estados Unidos e UE, pois este também esteve em presente participação junto com bloco econômico na Guerra do Golfo no Iraque⁷.

A partir de 1993, os conservadores começaram a sofrer uma série de reveses eleitorais em comícios locais, por problemas internos de recessão econômica e um alto desemprego que afetava três milhões de pessoas. Desta maneira, o partido trabalhista ganhou força no Reino Unido, tendo sucessivas vitórias. Em maio de 1997, anunciaram a vitória nacional nos comícios onde Tony Blair assumiu como primeiro ministro (INSTITUTO DEL TECER MUNDO, 2005-2006, p. 466).

No mesmo ano, ocorreram plebiscitos em Gales e na Escócia convalidando uma maior autonomia as regiões.

Devido aos ataques de Washington e Nova York em setembro de 2001, fez com que a Grã-Bretanha apoiasse decididamente a "guerra contra o terror"⁸ lançada pelos Estados Unidos. Blair justificou seu apoio através do artigo 5º da cláusula de defesa mútua dos membros da OTAN. Este também disse ao vice-presidente dos EUA, Dick Cheney, que o Iraque era uma ameaça à instabilidade mundial, abrindo possibilidades de que o Reino Unido iria apoiar o Washington em ataques contra o Iraque (INSTITUTO DEL TECER MUNDO, 2005-2006, p. 460).

Em janeiro de 2003, Blair disse que um ataque terrorista ao território inglês era inevitável e assegurou ter evidências que vinculavam a Saddam Hussein e a rede Al Qaeda⁹. Apesar da França e Alemanha renunciarem a acompanhar os Estados

⁷ A Guerra do Golfo (2 de agosto de 1990 a 28 de fevereiro de 1991) foi um conflito militar travado entre o Iraque e forças da Coalizão internacional, liderada pelos Estados Unidos e patrocinada pela Nações Unidas, com a aprovação de seu Conselho de Segurança, através da Resolução 678, autorizando o uso da força militar para alcançar a libertação do Kuwait, ocupado e anexado pelas forças armadas iraquianas sob as ordens de Saddam Hussein (1991 – Fim da Guerra do Golfo, 2015).

⁸ Guerra ao Terror ou Guerra ao Terrorismo é uma iniciativa militar desencadeada pelos Estados Unidos a partir dos ataques de 11 de setembro. O então Presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, declarou a "Guerra ao Terror" como parte de uma estratégia global de combate ao terrorismo (GASPARETTO JUNIOR, online).

⁹ É uma organização fundamentalista islâmica internacional, constituída por células colaborativas e independentes que visam reduzir a influência não-islâmica sobre assuntos islâmicos. São atribuídos à

Unidos na guerra contra o Iraque, e também o povo inglês se posicionava contra a guerra, Blair decidiu apoiar Bush provocando severas críticas dentro do seu próprio partido. As manifestações anti-bélicas, realizadas em 16 de fevereiro de 2003 em Londres, foram as mais importantes da história britânica reunindo mais de um milhão de pessoas nas ruas contra o ataque britânico ao Iraque.

Mesmo assim, os Estados Unidos e o Reino Unido invadiram o Iraque em março de 2003, apesar da oposição internacional a guerra. Ambas as nações foram os únicos membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU em favor a invasão (INSTITUTO DEL TECER MUNDO, 2005-2006, p. 460).

Em julho de 2004, foi publicado um informe de Lorde Butler de Brockwell que a participação de Londres na guerra do Iraque era limitada e sofria problemas de qualidade. Este informe foi publicado logo após a suicídio de David Kelly, um científico e assessor do ministro de Defesa. Kelly tinha sido selecionado como fonte de uma investigação jornalística que acusava o governo britânico de distorcer informes de inteligência sobre a real ameaça de Bagdá. Após a publicação, Blair aceitou responsabilidades para erros e declarou que ninguém havia mentido nos informes de inteligência. No entanto, Blair foi questionado se ele ainda era competente para o cargo de chefe do governo britânico. Desta maneira, Blair acaba perdendo popularidade no Reino Unido. Em 2005, inicia as pressões para que Blair renunciasse seu poder.

Em setembro de 2006, depois de uma viagem de Blair ao Líbano que só serviu para piorar a imagem do primeiro ministro tanto no exterior como no seu próprio país, a ministra da Exclusão Social, Hillary Armstrong, declarou que Blair não estaria mais no poder em 2007. Um grupo de 48 parlamentares trabalhistas assinaram um documento que o primeiro ministro renunciaria dentro de um ano (INSTITUTO DEL TECER MUNDO, 2005-2006, p. 460). Há os que afirmam que durante a Guerra do

Al Qaeda diversos atentados a alvos civis ou militares na África, no Oriente Médio e na América do Norte, nomeadamente os ataques de 11 de setembro de 2001, em Nova Iorque, em Washington, aos quais o governo norte-americano respondeu lançando a Guerra ao Terror. Seu fundador, líder e principal colaborador seria Osama bin Laden. A estrutura organizacional da Al-Qaeda e a ausência de dados precisos sobre seu funcionamento são fatores que dificultam estimativas sobre o número de membros que a compõem e a natureza de sua capacidade bélica (TERRONI, 2014).

Iraque, Tony Blair, contrariando os interesses europeus, aderiu à causa americana, tornando-se, segundo a mídia europeia, o “cachorrinho de colo” de George W. Bush.

Blair renúncia e assume Gordon Brown, em junho de 2007. Em seu discurso estabeleceu que encabeçaria um governo com novas prioridades, com a intensão de mudar o rumo em relação a política exterior.

Nesta época, a União Europeia apenas discutia a adesão de novos países ao bloco como a adoção da moeda euro. Em 1999, onze nações concordaram em adotar a moeda única sendo Alemanha, Áustria, Bélgica, Espanha, Finlândia, França, Grécia, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Países Baixos e Portugal. A Dinamarca, o Reino Unido e a Suécia decidiram de momento não participar. Nos dias de hoje, o Reino Unido não possui maior interesse em adotar a moeda, pois a sua moeda tem peso maior que o euro no mercado mundial.

Em 2004, inicia-se as negociações do Tratado de Lisboa que é apenas uma emenda ao Tratado que criou a União Europeia (o de Maastricht) e o Tratado de Estabelecimento da Comunidade Europeia (de Roma). Sendo os principais pontos do Tratado, como foi citado pelo site BBC Brasil em “Entenda o Tratado de Lisboa” (2009):

A nomeação de um político para o cargo de presidente do Conselho Europeu com mandato de dois anos e meio, em substituição ao atual sistema em que países se revezam na presidência rotativa por seis meses. A criação de um novo posto combinando os atuais cargos de chefe de política externa da União Europeia – ocupado atualmente por Javier Solana – e comissário de assuntos internacionais – ocupado por Benita Ferrero-Valdner, para dar à UE maior força no cenário mundial. A redistribuição do peso dos votos entre os Estados membros, a ser adotada em fases entre os anos de 2014 e 2017. Novos poderes para a Comissão Europeia, Parlamento Europeu e Corte Europeia de Justiça, no campo da Justiça e assuntos domésticos, por exemplo. A remoção de vetos nacionais em algumas áreas.

O Tratado teve dificuldades para entrar em vigor, primeiramente por parte da Irlanda que o rejeitou, em um referendo, em 2008. Em dezembro do mesmo ano, o governo concordou em realizar um novo referendo com o objetivo de responder às preocupações levantadas pelos eleitores. No entanto, em 3 de outubro através do segundo referendo, a Irlanda aprova o documento.

Na Inglaterra, Gordon Brown, primeiro ministro inglês na época sentiu-se pressionado por um influente homem de negócios que queria a organização de um

referendo popular como ocorreu na Irlanda, pois este questionava que primeiro ministro fizesse uma ratificação do tratado apenas por via parlamentar. Brown recusou-se a submeter o Tratado de Lisboa a um referendo, porque sabia que o voto popular seria “não”, num tradicional país eurocético (REINO Unido ratifica Tratado de Lisboa, 2008.). As negociações continuaram por toda a Europa, até que os líderes dos 27 países membros concordaram com um esboço final em outubro de 2007.

Em 2005, o partido Conservador volta ao poder com o atual primeiro ministro britânico, David Cameron, com uma imagem pública de um candidato moderado jovem que iria apelar para os eleitores jovens.

Cameron pegou um país em forte recessão econômica. Para sanar os problemas financeiros da nação, iniciou uma série de medidas de austeridade que afetaram as áreas da saúde, educação, assistências sociais e imigração. Apesar de lenta, a recuperação econômica conseguiu tirar o país da estagnação. Em outros temas, ele aceitou um referendo popular a respeito da independência da Escócia, mesmo prezando pela unidade nacional. No âmbito externo manteve uma política alinhada aos Estados Unidos, mas ao mesmo tempo buscou afastar o Reino Unido politicamente da União Europeia, propondo até um referendo para retirar o país do bloco.

Como afirmou Welzel (2013):

A Grã-Bretanha tornou-se integrante da União Europeia em 1973, mas até hoje não preenche os requisitos de um país-membro pleno. Mesmo assim, há tempos, goza de regalias que outros países não têm. Por exemplo: a Inglaterra até hoje não introduziu o euro e, segundo David Cameron em seu discurso, talvez nunca o introduza. Além disso, a Inglaterra não assinou o Tratado de Schengen, que elimina o controle nas fronteiras dos limites internos da União Europeia. A Grã-Bretanha recebe um “desconto britânico” que consiste na restituição de 66% líquidos das importâncias do governo britânico transferidas ao orçamento da UE em Bruxelas. A contribuição da Grã-Bretanha é de vulto, mas pouco tem recebido de volta para as suas subvenções agrárias. Daí a razão desta restituição. Nenhum outro país-membro tem um acordo semelhante, o que é motivo permanente de reclamações em Bruxelas. Outro tópico que causou estranheza na UE é a decisão britânica de não aderir ao pacto fiscal que regula a disciplina orçamentária dos países- membros. Pior ainda é o fato de que David Cameron se opõe de maneira irredutível a um melhor controle de certos bancos, nomeadamente os de investimento. E o Tratado de Lisboa concede regalias à Grã-Bretanha.

Com base nessa afirmação vimos que David Cameron não está nem um pouco interessado em ampliar as negociações com o Reino Unido, mas continuar fiel aos

Estados Unidos e aos países da Commonwealth. O primeiro ministro disse em seu discurso que da Segunda Guerra Mundial até hoje, nenhum governante britânico simpatizou com a ideia europeia.

Em 2010, a bancada conservadora no Parlamento Britânico ganha em número. Deste modo, David Cameron ganha mais apoio a suas políticas.

Em dezembro de 2011, no Conselho Europeu, o primeiro-ministro britânico David Cameron se recusou a assinar o tratado orçamental europeu, argumentando que ele não tinha obtido garantias o suficiente para proteger os interesses da cidade de Londres. Pela primeira vez desde que aderiu à CEE em 1973, um oficial britânico escolheu praticar a política da cadeira vazia. Esta dissociação entre o resto da União Europeia tem intensificado os eurocépticos em seu partido, deste modo David Cameron vem recebido pressões deste grupo para promover um referendo de permanência no bloco. As ações do primeiro ministro britânico foram criticadas por pensadores pró-europeus e levantado a questão do futuro do país no bloco.

Em 5 de fevereiro de 2013, o primeiro ministro britânico prometeu em 2017 um plebiscito no qual a população da Grã-Bretanha deverá optar se o Reino Unido permanecerá ou desmembrar-se-á da União Europeia e também lança outro plebiscito se a Escócia permanecerá parte do Reino Unido ou não. Mas como alega Palmer (2014, p.283) “ele só pode proceder se for reeleito como resultado das eleições gerais de 2015 no Reino Unido” e Cameron só terá a saída do Reino Unido da União Europeia se os 27 países votarem unanimemente.

Em maio de 2015, a reeleição de David Cameron é anunciada para o mundo com 326 cadeiras no parlamento votando a favor, sendo 96% ganho. Por outro lado, o Partido Nacional Escocês (SNP, na sigla em inglês) pode ser considerada o grande vencedor ao ter conquistado 56 cadeiras das 59 vagas reservadas à Escócia no Parlamento britânico, assim o SNP terá 50 deputados a mais que anteriormente tinha (NAKAGAWA, 2015). Isso preocupa a monarca inglesa Elizabeth II, que através do referendo prometido por David Cameron em 2017 para independência da Escócia, poderá perder essa grande retribuição para o Reino Unido.

3.4.1 O início dos movimentos eurocéticos

Os movimentos eurocéticos tiveram um forte aumento com Margaret Thatcher quando esta lançou uma ofensiva completa no Conselho Europeu de Dublin em 1979. O crescente euroceticismo foi alimentado por diversos fatores diferentes como o aumento notável na escala de contribuições anuais líquidas por parte do Reino Unido para o orçamento da UE, os gastos também com a Política Agrícola Comum e a Política Externa e de Segurança Comum. Este sentimento sempre esteve presente entre os britânicos, porque o Partido Conservador nunca teve interesse em aderir o bloco, este se opõe ao aumento crescente de poderes da União Europeia.

O euroceticismo também possui suas ramificações mais violentas, eurofobia, praticado apenas pelo Partido Conservador. Nos anos recentes tem havido um crescimento no apoio a populistas de direita como o Partido Independente do Reino Unido (UKIP, sigla em inglês) e até partidos neofacistas como o Partido Nacional Britânico. (PALMER, 2014, p.290). Os eleitores para o UKIP cresceram às custas do Partido Conservador e contribuiu para a reeleição de David Cameron em 2015. Deste modo, ocorreu as pressões dentro do partido do primeiro ministro para que este fizesse o referendo de aprovação de permanência na UE. A crise financeira e econômica contribuiu com que o sentimento popular no Reino Unido a favor da saída do bloco econômico viesse à tona.

Os eurocéticos acreditam que com a saída do Reino Unido da União Europeia, este teria privilégios em negociações com os Estados Unidos. Já que este sempre foi fiel as políticas dos americanos, principalmente apoiando-os nos ataques ao Iraque e posteriormente no Afeganistão.

Ao longo dos anos, outro elemento tem sido acrescentado ao crescente fator do euroceticismo no Reino Unido. O senso de identidade nacional inglesa enfraquecida, por outro lado nas últimas duas décadas viram um renascimento das identidades nacionais da Escócia e do País de Gales. Observamos então que na Escócia, haverá um referendo para aprovar um pedido de completa independência, mas ainda se mantendo um membro da UE (PALMER, 2014, p.291). Isso faz com que Elizabeth II fique com medo de perder terras que pertenceram ao Reino Unido durante séculos. Mesmo que a independência da Escócia não for conquistada, é certo que esta atingirá um nível radical de auto regulação autônoma, enquanto o País de Gales,

e possivelmente a Irlanda do Norte vão exigir poderes adicionais de autogoverno. Bem provável que o referendo escocês para independência britânica ocorra em 2017, também prometido por Cameron, pois a Escócia conquistou muitas cadeiras no parlamento britânicos nas últimas eleições ocorridas neste ano (NAKAGAWA, 2015).

Os Estados Unidos não ficaram de fora desta, o Presidente Obama expressou medo ao dizer que o Reino Unido possa “andar por engano como um sonâmbulo em direção à sua saída da União Europeia” (PALMER, 2014, p. 292). Mas alguns conservadores eurofóbicos afirmar que as relações comerciais da nação possam estar mais próximas da Commonwealth, EUA e até mesmo de economias emergentes da Ásia e a América. Não podemos discordar que essas relações se ampliaram com a recessão que a Europa está passando, mas o Reino Unido perderá benefícios ao se retirar do bloco, pois este ganha muito com a PAC e a Política de PESC.

Caso o Reino Unido consiga a saída da União, este negociará mudanças sobre sua participação dentro do bloco, mas isto iremos falar mais aprofundado posteriormente.

3.4.2 Um contexto político interno particular

O fenômeno eurocético não é novo para os britânicos desde 1990 começam a sentir-se menos preocupado com a aceleração do processo de integração europeia. O sentimento começa a crescer cada vez mais no Reino Unido que coincide com o momento da assinatura dos Tratados de Maastricht (1992) e Amsterdam (1997). Estes dois Tratados possibilitam novas formas de cooperação entre os governos da UE, por exemplo no campo de defesa e justiça, mas também a introdução da união monetária europeia e elementos políticos sindicais como cidadania e política externa comum e, finalmente, a consolidação dos Tratados UE e assuntos CEE inacabados. Os britânicos nunca acreditei em uma moeda única, mas a crise do euro e da dívida soberana (2008-2015) trazem preocupações aos britânicos. Durante os debates sobre a União Económica e Monetária, o Reino Unido não buscou alianças ou compromissos no conselho e os conservadores têm criticado Europa federal que poderiam limitar a soberania e a identidade nacional.

Para entender a posição de David Cameron é interessante analisar a sua posição política atual e contexto político do seu país. David Cameron está sofrendo

fortes pressões em seu partido por parte dos eurocéticos; deste modo o primeiro ministro prometeu um referendo para determinar se o Reino Unido permanecerá na União Europeia, sendo aplicado em 2017. Desde 2011, o Parlamento britânico aprovou uma lei exigindo a criação de um referendo antes de fazer a transferência de mais potência para o nível europeu. Podemos citar os fatores atualmente que causam todos esses problemas e influenciam na questão BREXIT¹⁰.

- O sucesso nas urnas do Partido Conservador, que apoia a saída do Reino Unido do bloco, é o suficiente para causar a derrota dos trabalhistas. Como ocorreu em maio de 2015.
- A crise econômica amplifica tudo e cria tensões entre os britânicos e os outros mais países mais afetados como Grécia, Portugal, Itália. Influenciando esses países a também pedirem a independência do bloco.
- A crise do euro também tem sido um fator para buscar a independência da União, pois David tem empurrado os membros da zona do euro a tomar medidas para encontrar soluções para a dívida e à proteção do euro, alegando que era do interesse britânico. Mas se a participar financeiramente no resgate e até mesmo de assinar tratados para que isso venha a se concretizar.

3.4.3 As justificativas britânicas para a saída da União Europeia

Podemos colocar em pauta três possíveis opções sobre o debate de tais justificativas para que o Reino Unido deseje a sua saída do bloco:

O primeiro ponto seria que mesmo os eurocéticos radicais desejando a saída do Reino Unido da UE. Este perderia mercados caso a Noruega e a Suíça venham aderir o bloco, pois estes países são significativamente importantes para o comércio internacional do Reino Unido, pois a política de mercado comum é a que mais favorece a nação. Também perderia poder agrícola, pois este não teria mais benefícios com a PAC que é uma das principais políticas que auxiliam o Reino Unido. Londres alega que não perderia poder algum principalmente porque este continuará sendo capaz de influenciar decisões na Europa e não participaria de decisões burocráticas no judiciário no Conselho Europeu. A Grã-Bretanha também teria de renegociar uma

¹⁰ É um neologismo que se refere à saída do Reino Unido da União Europeia (Britain+exit).

série de acordos comerciais bilaterais para garantir seus produtos tinham acesso não apenas a UE, mas para os mercados mundiais.

O segundo ponto seria se o Reino Unido conseguisse a independência da UE. Este causaria influencia para demais nações mais prejudicadas pela crise de 2008 a também pedirem sua independência. Mas Londres alega que nenhuma nação tem interesse em abandonar a União radicalmente.

O terceiro é a proposta que a Grã-Bretanha já deixou claro, caso este não consiga obter a saída da União. Poderá ocorrer negociações e discussões em tratados já existentes no bloco para que seja feita alterações para representação do interesse britânico dentro da UE. Este seria uma representação de exclusão parcial do país.

O Reino Unido também acredita que conquistará uma “relação especial” com os Estados Unidos caso sua saída do bloco seja concretizada. Mas como citado anteriormente o Presidente Obama já se posicionou que a Grã-Bretanha possa estar tomando decisões equivocadas para sua independência.

Como sugere Tony Blair, ex-primeiro ministro britânico do partido trabalhista, “seria um enorme problema para o Reino Unido se o país, por escolha em referendo, abandonasse a União Europeia” (LUSA, 2013).

Em declarações à BBC, Tony Blair afirmou que uma hipotética decisão de deixar a União Europeia reduziria o "peso" que atualmente tem em termos mundiais. (...) Segundo Tony Blair não é "sensato" realizar o referendo, pois "se o Reino Unido quiser sair da Europa, seria um enorme problema para o país". "Se queremos exercer peso e influência e poder no mundo; porque queremos sair da maior união política e mercado económico que temos ao voltar da esquina", questionou Tony Blair.

Neste capítulo, foi apresentado fatores históricos para a integração britânica a União Europeia e algumas das justificativas utilizadas pelos anti-europeus para a saída do país do bloco. No próximo capítulo, será retratado de forma abrangente as possíveis perdas de relações diplomáticas e financeiras com países europeus membros da UE caso uma possível Brexit venha ocorrer.

4 Traçando cenários: o que as análises e as teorias têm a dizer acerca da Brexit

Neste capítulo, analisaremos quais as possíveis consequências, para o país e o bloco, caso o Reino Unido opte por sair da União Europeia, bem como os posicionamentos dos países que compõem o bloco e daqueles que integram o Reino Unido, pois o maior interessado da saída pertence a Inglaterra. Também focaremos nas perspectivas dos demais atores do sistema internacional.

4.1 O Referendo

A Campanha do referendo que irá decidir a permanência do Reino Unido na União Europeia irá ocorrer em 2017, esse permanece como um processo confuso. Coube a Comissão Eleitoral nomear oficialmente dois representantes a serem financiados pela Estado para apresentar seus posicionamentos nos meios de comunicação, mas isso ainda não foi decidido. A Comissão Eleitoral apresentou ao Parlamento britânico em junho de 2015 a proposta para mudança. A pergunta anterior era: “O Reino Unido deve continuar a ser um membro da União Europeia?” que foi a proposta inicial do governo; a questão passou a ser: “O Reino Unido deve permanecer como membro da União Europeia ou deve deixar a União Europeia?”. Essa segunda foi considerada mais imparcial para o Parlamento, pois na primeira opção o “sim” equivaleria a escolher o *status quo* que tem prevalecido nos últimos dois referendos. Na outra opção, como os eleitores só poderão optar pelas duas respostas “sim” ou “não” não definiria muito bem qual seria o posicionamento do Parlamento (CHOPIN; LEQUESNE, 2015, p. 7 e 8).

Independente da resposta perante a segunda opção de perguntas não deixaria claro o que a população realmente quer, mesmo o Parlamento sabendo qual é a decisão, isso causaria questões para ser resolvidas. Com isso, podemos identificar que o Parlamento Britânico tem um receio grande com a saída do Reino Unido do bloco, pois como já citado irá ter que renegociar muitos tratados com países que permanecerão membros da UE.

Outro ponto a ser discutido pela Comissão Eleitoral é se os ministros e departamentos poderão expressar seus pontos de vista e se estes farão uso de recursos públicos durante o período pré-eleitoral. David Cameron demonstrou sua opinião e desejou que fosse limitado o dever de confidencialidade desses dois departamentos, mas Cameron foi executado em forte oposição pelos conservadores.

O projeto do primeiro-ministro sobre limitar a participação foi posto em votação no dia 6 de setembro de 2015, foi a primeira vez que o primeiro-ministro foi derrotado perante a Câmara. A intenção de Cameron era ser liberado do princípio da responsabilidade com seu partido que o pressiona para dar o seu posicionamento anti-UE (CHOPIN; LEQUESNE, 2015, p.8).

Desde 2012, as pesquisas perante ao referendo tem revelado inversões significativas de opiniões como citou Chopin e Lequesne (2015, p.8, tradução nossa):

A maioria (51% contra 28%, no verão de 2008) foi favorável à Brexit antes do discurso na sede londrina da Bloomberg e a tendência se inverteu. No início de 2014, de acordo com as pesquisas, a maioria apoiou a UE e é mantido até agora. Segundo os dados da YouGov, em 2015, 45% dos entrevistados foram para a manutenção na UE e 33% para Brexit. No momento da escrita deste artigo, um estudo publicado em 05 de setembro pelo Daily Mail mostra uma ligeira maioria, 51% favorável ao Brexit.

Os dados apresentados mostram que a posição dos britânicos perante o assunto União Europeia é muito variável. A pesquisa não tem resultados concretos por uma série de motivos, principalmente porque a maioria dos eleitores nem sempre responde as respostas com coerência e aproveita a oportunidade para expressar sua opinião sobre o governo. Por outro lado, a rejeição aos partidos tradicionais, considerados pró-europeus, influenciará o resultado do referendo. Ou seja, tudo isso só indica um maior grau de incerteza sobre os resultados já apresentados pelas pesquisas. Deste modo, as campanhas de mídia serão as que poderão influenciar a população e decidir qual será o resultado do referendo.

A campanha sobre o referendo da UE ainda não está em pleno andamento, [...] mas já está claro que grandes partidos e não apenas o Partido Conservador - vai experimentar a divisões internas, e os dois campos, o do "pró-UE" e "anti-UE" estão se divididos, os partidos e personalidades que se recusam a fazer campanha juntos. Isso faz como que não promova a qualidade e a clareza do debate sobre as vantagens e desvantagens da adesão à UE. Outros fatores internos, como a popularidade do governo e vários partidos, o descontentamento e o desencanto dos eleitores com relação ao sistema político como um todo, irá desempenhar um grande papel no resultado do referendo, o que, portanto, permanece em aberto (LEQUESNE, 2015, p.8).

Atualmente, com a crise de refugiados que a Europa vem sofrendo o sentimento britânico para a saída do bloco se intensificou como mostra os dados apresentados no dia 06 de setembro de 2015:

Foram entrevistadas 1.004 pessoas entre quinta (3) e sexta-feira (4), período em que a Europa passava pelo ponto crítico da crise migratória com a chegada de milhares de refugiados que fogem dos conflitos no Oriente Médio. Se o primeiro-ministro David Cameron convocasse para amanhã um referendo sobre o tema, 51% dos britânicos optariam por deixar a União Europeia, apontou a pesquisa do instituto Survation. As últimas pesquisas indicavam que a opção de permanecer na União Europeia era majoritária no Reino Unido. Em junho, uma pesquisa do Ipsos Mori indicou que 66% dos britânicos votariam por continuar dentro da UE. Em julho, outra pesquisa do Survation apontava apoio de 54% para permanecer no bloco (MAIORIA dos britânicos apoia saída do Reino Unido da UE, mostra pesquisa; 2015).

4.2 As possíveis consequências da Brexit para União Europeia

Como já citado no capítulo anterior, o desejo do Reino Unido de sair da União Europeia vem se intensificando ao longo dos anos através do aumento do euroceticismo. Pauline Schnapper, professora de civilização britânica, explicou quais são as principais causas para a desejada saída do Reino Unido do bloco. A autora explica que até 1975 os britânicos não apresentavam interesse na saída do bloco, principalmente porque sua entrada tinha sido há pouco tempo, em 1973. Na década de 1980, o Reino Unido apresentou-se como um parceiro difícil, obstinado e crítico sobre a liderança de Margaret Thatcher, mas nem os trabalhistas e tampouco os conservadores pensaram em sair da União Europeia (apud O Reino Unido deve continuar na EU?, 2012).

Então o que fez o Reino Unido mudar o seu posicionamento?

A primeira é que temos, há dois anos e meio, um governo em Londres que é dirigido, essencialmente, por um partido conservador que se tornou, não diria eurocético mas realmente anti-europeu. O segundo fator recente é a crise na zona euro que, para além de todos os outros aspetos e consequências, teve como efeito confirmar o que muitos políticos já sabiam, ou seja, que a união monetária não pode funcionar na ausência de uma união política e de uma federação europeia. No entanto, está fora de questão, para os britânicos, participarem nessa federação (O Reino Unido deve continuar na UE?, 2012).

Por isso, hoje há um debate, inclusive nestes últimos dias, sobre se o Reino Unido deve ou não permanecer na União Europeia. Isto é novo. A decisão do governo britânico já está confirmada, se este não conseguir a saída do bloco, o primeiro ministro irá renegociar os termos da presença britânica na União Europeia, em particular, um certo número de políticas comunitárias para o nível nacional, o próximo passo seria organizar um referendo para validar esta nova configuração do Reino Unido na Europa. Schnapper (apud O Reino Unido deve continuar na UE?, 2012) conclui sua entrevista citando:

No entanto, há o risco que os parceiros europeus não aceitem, que a Europa se desintegre e que, face a este fracasso, um governo ou a opinião pública através do referendo, decidam sair da União Europeia. É uma hipótese que eu teria rejeitado imediatamente há alguns meses, ou pelo menos, há alguns anos, mas que agora não pode ser afastada.

Outro problema que a Europa enfrentaria com a saída do Reino Unido seria que os países do Norte da Europa são propensos a perder a sua influência no seio da UE nas decisões sobre comércio livre. Sem o Reino Unido, o desenvolvimento dinâmico do comércio livre de bens e serviços pode ser dificultado para o processo de integração política e fiscal na zona euro. A saída do Reino Unido resultará num desperdício significativo de recursos. Com a saída dos britânicos, a União Europeia perderia um importante aliado militar e econômico e também um país com uma longa tradição de diplomacia. A UE também perderia uma grande posição no Conselho de Segurança da Organizações das Nações Unidas (ONU) já que o Reino Unido pertence a um dos assentos permanentes.

Após a crise do euro, o sentimento neoliberal é cada vez mais popular na União Europeia, principalmente pela intensificação das políticas comunitárias e dos movimentos neoliberais, no entanto ainda há países que são contra esses ideais como o Reino Unido e a Grécia, que tem o desejo de saída do bloco. O debate surge com a característica de um sistema internacional anárquico e soberano que são os dois pontos mais defendidos pelos britânicos, pois as políticas comunitárias têm o objetivo de restringir certas possibilidades de novos acordos bilaterais, ou seja, devem ser negociados em conjunto dentro do bloco, o Reino Unido tem interesse em ampliar acordos com outros países de forma bilateral.

A União Europeia tem mudado significativamente desde o final dos anos 1990, ocorrendo evoluções em suas instituições e políticas em geral. Foram esses motivos que fizeram com que aumentasse os movimentos anti-europeus na Grã-Bretanha. Os britânicos continuaram cautelosos, mas após a crise do euro de 2008 passaram a temer cada vez mais por sua soberania e economia. A saída do Reino Unido da União Europeia seria possível, mas após se tornar um membro este tem vários compromissos firmados com o bloco, exemplo: tratados e, para se retirar deles, exigiria tempo, ou seja, a retirada do país não seria imediata.

Outro problema apresentado seria conforme os dados divulgados em 3 de maio de 2015, a União Europeia perderia uma grande posição mundial com a saída do

Reino Unido do bloco. Atualmente, o PIB europeu corresponde a US\$18,5 milhões e o dos Estados Unidos corresponde a US\$17,4 milhões, com a saída dos britânicos a Europa passaria a ter um Produto Interno Bruto (PIB) de US\$15,6, ou seja, este ficaria abaixo dos norte-americanos (ANIMATION: Brexit in numbers – What would Europe look like without the UK?, 2015.).

Outro assunto que podemos levar em consideração é a imigração. Atualmente, mover-se para a Grã-Bretanha é complicado, pois exige muitos vistos e regulamentações. Caso este opte pela saída o fator se dificultaria ainda mais, não só para imigrantes, mas também para aqueles que apenas precisam entrar no país a trabalho como é comum a deslocação de franceses e inglês entre os países. “Mover-se para a Grã-Bretanha se tornaria consideravelmente mais difícil do que é agora; os cidadãos da UE teriam de enfrentar o mesmo tipo de longas filas e controles de fronteira ao entrar no Reino Unido como “terceiros”” (BREXIT – what would happen if Britain left the EU?, 2015., tradução nossa). A equipe de fronteira teria que exigir comprovantes de renda, fiscalizar a intenção de voltar ao país de origem e a falta de intenção de trabalhar. Aqueles que desejassem permanecer por mais tempo precisariam apresentar provas de emprego. Caso o indivíduo queira estudar no país, principalmente nas universidades como é de costume para os cidadãos europeus, estes, mesmo vivendo na Europa, não teriam acesso a empréstimo estudantis e a dificuldade de entrada nas universidades se complicaria.

As instituições europeias lutam contra uma saída do Reino Unido da União. Uma notícia publicada pelo “El País” no dia 9 de novembro de 2015, disse:

As instituições europeias estudam diferentes fórmulas para afastar um dos cenários mais sombrios que ameaçam a União Europeia: a saída da Grã-Bretanha. Apesar de suas reservas iniciais em relação ao desafio britânico, a cúpula de Bruxelas mudou de estratégia para permitir que o primeiro-ministro britânico, David Cameron, possa se proclamar vencedor na queda de braço com a UE e peça à população que vote a favor da permanência na Europa no plebiscito previsto para 2017. Os responsáveis pela negociação em Bruxelas procuram definir uma fórmula legal para delimitar a participação da Grã-Bretanha sem precisar recorrer à opção delicada de mudar os tratados em vigor (ABELLÁN, 2015).

Depois de ser visto como uma das grandes ameaças à unidade europeia, David Cameron se tornou um aliado necessário para as lideranças da comunidade. Para isso, a Comissão Europeia, órgão executivo da união, e o Conselho Europeu, que representa os 28 países membros e que dá a última palavra em relação a todos os

acordos, desenharam alternativas de soluções (ABELLÁN, 2015). A União Europeia teme que o Reino Unido faça objeções que possam mudar tratados e acordos já negociados entre o bloco e a nação britânica.

Para os demais cidadãos europeus, se o bloco permitir a saída do Reino Unido, essa ação se refletirá como uma fraqueza dentro da comunidade que foi criada. Trataremos sobre isso nas sessões seguintes. Portanto, a União Europeia vai permanecer na incerteza até 2017, quando os britânicos decidirem qual posição será tomada.

4.3 As consequências para o Reino Unido se este saísse do bloco

Os eurocéticos argumentam que a retirada do Reino Unido da União Europeia iria reverter a imigração, salvar bilhões dos contribuintes. Em contrapartida, os pró-europeus defendem que a saída só causaria incertezas econômicas e causaria custos ainda maiores para o país e até mesmo alto nível de desemprego.

Levamos em conta o primeiro ponto a economia interna britânica. Alguns argumentam que a economia vai sofrer perdas permanentes na parte do comércio e investimentos. Outros afirmam que com a saída do Reino Unido, este estaria livre de regras e principalmente das políticas comunitárias que barram seu comércio e, deste modo, a economia iria prosperar.

Alguns estudos realizados analisam qual seria a perda no PIB britânico caso ocorra a retirada. Primeiramente, temos a pesquisa realizada pelo Instituto Nacional de Pesquisa Econômica e Social em 2014, em que “com uma saída permanente da EU eles encontrariam um PIB que se reduziria para 2,25%, principalmente por causa do menor investimento direto estrangeiro” (BREXIT – what would happen if Britain left the EU?, 2015, tradução nossa). Outro estudo realizado pelo Centro de Desempenho Econômico (CEP) “calculou que o Reino Unido poderia sofrer quedas de entre 6,3% a 9,5% do PIB, similar à perda resultante da crise financeira global de 2008-09” (BREXIT – what would happen if Britain left the EU?, 2015, tradução nossa). As pesquisas afirmam que a retirada é uma aposta muito arriscada.

Outro fator, também englobando a economia, e o principal argumento que os eurocéticos levam em conta são as altas contribuições e orçamentos que os britânicos pagam para a União. Em uma pesquisa também publicada pelo BREXIT – what would happen if Britain left the EU? (2015, tradução nossa) afirmou-se:

Em 2012, a economia do Reino Unido fez pagamentos de 16,4 bilhões de libras, pouco mais de 1% do PIB, para as instituições da UE [...] Por outro lado, o governo do Reino Unido recebeu uma redução das suas contribuições para o orçamento da UE de 3,1 bilhões de libras e 0,9 bilhões em outras receitas. O setor privado recebeu 2,9 bilhões de libras das instituições da UE. Assim, no geral, o Reino Unido pagou uma rede de 9,6 bilhões de libras para UE, cerca de 0,6% do PIB nominal.

Ou seja, todas as reivindicações apresentadas pelos britânicos em reuniões da UE contra o orçamento, que o Reino Unido direciona ao bloco, não sustentam o que dizem, pois a contribuição para a UE é mínima comparada com o PIB do país. Os pró-europeus também afirmam que com a retirada do país, a União pressionaria o Reino Unido a substituir seu financiamento regional e os subsídios agrícolas com os gastos domésticos britânicos e esses dois fatores são grandes contribuintes líquidos para o Tesouro Nacional, ou seja, todas as contribuições da União Europeia teriam que ser substituídas pelo dinheiro britânico.

Outro ponto a ser discutido seria o número de empregos. O líder liberal-democrata, Nick Clegg, foi rápido em debater sobre os postos de trabalho caso o Reino Unido opte pela retirada da União. Ele afirmou que 3 milhões de britânicos dependem da adesão do país na UE, pois estes perderão seus empregos. Clegg e Nigel Farage¹¹ disseram que a União Europeia é uma salvaguarda dos empregos britânicos, “pois [o bloco] fornece acesso a um mercado de 500 milhões consumidores e a adesão da Grã-Bretanha atrai empresas estrangeiras interessadas em fazer parte desse mercado” (BREXIT – what would happen if Britain left the EU?, 2015, tradução nossa).

Diversas empresas já deram seu ultimato; caso o Reino Unido opte por uma Brexit, estas levarão suas empresas para fora do país, acarretando em um aumento na taxa de desemprego do país, assim os britânicos estariam perdendo seus empregos. A Sociedade de Fabricantes e Comerciantes de Motor (SMMT) argumentou:

Europa é fundamental para o sucesso do Reino Unido na indústria automobilística, um setor que emprega mais de 700.000 pessoas e responde por 3% do PIB [...] A atratividade do Reino Unido como um lugar para investir e fazer negócios automotivos está claramente sustentado pela associação

¹¹ É um político britânico. Foi um dos líderes mais influentes do Partido de Independência do Reino Unido (UKIP) desde 1998 e presidiu o partido de 2010 a 2015. Desde 1999 é membro do Parlamento Europeu pelo distrito eleitoral de South East England (GOLDSMITH, 2012).

influyente do Reino Unidos a União Europeia (BREXIT – what would happen if Britain left the EU?, 2015, tradução nossa).

Atualmente, a União Europeia investe 11 milhões de libras por ano em programas de inovação em todo o bloco, sendo 15% dos investimentos, destinados ao Reino Unido. Nos serviços financeiros, existem 250 bancos estrangeiros no país e estes empregam 160 mil pessoas, de acordo com o grupo *The City UK*¹². A pesquisa de 2014 apresentava claramente se o Reino Unido deixasse a UE este iria prejudicar gravemente o crescimento econômico e os níveis de emprego de seu país. Uma Brexit causaria para a população britânica a perda de milhões de postos de trabalho.

Outro ponto que não poderia ficar de fora da discussão é o comércio. Está área está ligada a uma série de hipóteses que são tão amplas que têm alimentado uma cadeia de reivindicações e contra reivindicações sobre o que uma Brexiit significaria para as exportações do Reino Unido.

Nigel Farage expôs o argumento de que, retirando-se da Europa, o Reino Unido se libertaria das regras e regulamentos da União e, assim, teria a oportunidade de fazer seu caminho no mundo como uma nação comercial forte e independente, visando mercados como o Brasil e Índia (ALLEN, 2015).

Uma última pesquisa com cerca de 3.500 empresas, feita pelas câmaras de comércio britânico, destacou que metade das empresas (57%) acredita que continuar membro da UE seria positivo. No entanto, 28% das empresas também de forma positiva devido a possibilidade de negociar um acordo de livre comércio formal com a União. Contudo, apenas 13% dessas empresas acreditam que a retirada sem esse acordo seria algo positivo (ALLEN, 2015).

O Instituto de Estatística de dados nacionais mostra que bens de exportações para a UE foram no valor de 147.9 bilhões de libras em 2014, em comparação com 154,6 bilhões em 2013. Mercadorias exportadas para países não membros da UE foram 144,9 bilhões de libras em 2014, abaixo dos 152,2 bilhões em 2013 (ALLEN, 2015, tradução nossa).

Nesse sentido, outro argumento que os eurocépticos alegam é que, com a saída do Reino Unido da União, este buscaria novos comércios com a América do Sul, a Commonwealth e os Estados Unidos. Pelos dados apresentados vemos que as

¹² Representa a indústria de serviços profissionais e financeiros relacionados, com sede no Reino Unido. Produzindo evidências de sua importância para a economia nacional no Reino Unido, na UE e a nível internacional, buscamos influenciar a política para impulsionar a competitividade, criação de emprego e crescimento econômico duradouro (WHO we are).

exportações para estes tipos de países vêm diminuindo ao invés de aumentarem. Desta maneira, o comércio que os britânicos procuram não é algo tão seguro quanto alegam. Portanto, os eurocéticos alegam que uma Brexit não causaria problemas ao Reino Unido porque colocaria o país em uma posição semelhante a dos Estados Unidos atualmente, os EUA conseguem exportar para UE de forma relativamente fácil.

A Europa também alega que com a retirada do Reino Unido da União, visando a negociação de acordos comerciais favoráveis não seria um dado seguro, pois o Centro de Reforma Europeia (CER) adverte que os custos do comércio aumentariam e o Reino Unido teria menos poder de barganha para acordos comerciais. Outra parte de eurocéticos acredita que um acordo de livre comércio estaria em pauta nas reuniões europeias após uma Brexit. Os pró-europeus já alegam o contrário:

Há uma série de acordos de livre comércio em fase de negociação por parte da UE, nomeadamente como os EUA e o Japão. O Reino Unido, com 65 milhões de consumidores não teriam qualquer lugar perto do poder de negociação que teria a UE com os seus 500 milhões de consumidores (ALLEN, 2015, tradução nossa).

Para os pró-europeus, a União Europeia daria prioridade aos demais países para um acordo de livre comércio, pois o número populacional é maior que o dos britânicos, ou seja, o número de consumidores para Europa seria maior, gerando assim mais empregos e rotatividade de capital. Assim, o Reino Unido teria negociações dificultadas com a Europa e seria complicado manter suas condições atuais de negociação caso ocorra uma saída.

Katja Hall, vice diretora geral do grupo empresarial de Confederação da Indústria Britânica (CBI, na sigla em inglês) disse:

Enquanto nós poderíamos negociar acordos comerciais com o resto do mundo, nós teríamos que concordar em lidar com 50 países a partir do zero só para voltar onde já estamos agora, e fazê-lo com a influência de um mercado 60 milhões [de consumidores], não de 500 [milhões] (ALLEN, 2015, tradução nossa).

Uma Brexit prejudicaria a distribuição de mercadorias britânicas pelo continente europeu, pois o Reino Unido depende inteiramente dos portos na Europa para que as suas mercadorias cheguem até outros países que se situam longe do país.

Como já citado anteriormente, a imigração seria um grande problema para a Europa caso ocorra a saída do Reino Unido da União. Esta questão causaria problemas também para os britânicos, como por exemplo, a necessidade de

solicitação de vistos todas as vezes que a população teria que viajar pelo Canal que dá acesso a França. Já os britânicos que residem ou que desejam residir em outros países da Europa teriam que enfrentar regras de integração, como a obrigação de falar a língua do país de acolhimento.

Como consequência, a fronteira entre Irlanda do Norte e a República da Irlanda tornar-se-ia, por padrão óbvio, “porta dos fundos”. Comentaristas irlandeses afirmam que levaria à introdução de rigorosos postos de controle de passaportes e controle de mercadorias que são totalmente desnecessários e causariam uma linha divisória entre os dois países que sensibilizariam a política regional (BREXIT – what would happen if Britain left the EU?, 2015, tradução nossa). A Inglaterra é uma atração sobre tudo para os jovens europeus que buscam o país para estudos e oportunidades de aprender uma nova língua; estes, porém teriam dificuldades e menos oportunidades de viver e estudar no país.

A situação do Reino Unido na Europa também é um ponto a ser discutido. Uma Brexit iria diminuir o status do Reino Unido e da União Europeia da mesma forma e em grau variado. Em primeiro lugar, o argumento dos eurocéticos é de um cenário otimista argumentando que o Reino Unido viria a superar a Alemanha como o país mais populoso da Europa em 2040 e canalizaria influência transatlântica como um dos maiores parceiros comerciais da UE. Portanto, Tim Oliver do Centro de Relações Transatlânticas disse que o Reino Unido seria um parceiro júnior para a União após a saída, pois as instituições europeias dificultariam o comércio transatlântico, e o Reino Unido iria buscar acordos bilaterais de livre comércio colocando-se em uma posição de fraqueza (NESLEN, 2015, tradução nossa). A perda de influência britânica seria notável, juntamente com obrigações financeiras para um acesso ao mercado único europeu.

A imagem que o Reino Unido demonstraria a Europa seria de um continente envelhecido perdendo sua quota de mercado europeu e principalmente de perda em alcance político, e uma demonstração de declínio de influência não é um fenômeno puramente britânico como podemos observar através da história.

4.4 As percepções dos demais atores

Neste tópico, iremos entender a percepção dos demais países com relação a Brexit, a opinião de diversos países, principalmente, aqueles que procuram um

comércio com os britânicos. O tema é extremamente atual e, por isso, alguns atores ainda não se manifestaram sobre o assunto.

A posição do Reino Unido no mundo também é um ponto que devemos analisar após a saída da União Europeia. A visão que predomina entre os analistas de política externa é que “uma saída britânica da UE diminuiria ao invés de aumentar a posição e influência do país” (BORGES, 2015, tradução nossa). Esta visão compartilhada por países como Estados Unidos e China, já a Índia apoia a “separação” entre os britânicos e os europeus. Em geral, “vozes do exterior dão pouco conforto para a visão de que a Grã-Bretanha, de alguma forma, repercutirá uma voz única e ressoante nos assuntos mundiais, uma vez que romper com uma identidade coletiva europeia” (BORGES, 2015, tradução nossa).

Feng Zhongping, o presidente adjunto do Instituto de Relações Internacionais da China, comentou (apud BORGES, 2015, tradução nossa):

Eu acho que do ponto de vista da China nós não pensamos que o Reino Unido ou a França ou a Alemanha ou qualquer país único europeu pode desempenhar um papel global sozinho. Mas a UE é diferente, é o maior mercado, e maior parceiro comercial da China. A UE é vista como uma grande potência no mundo. Se o Reino Unido a deixar, iria ferir muito mais os britânicos do que a UE.

O posicionamento dos americanos não é distinto dos chineses. Ivo Daalder, ex-embaixador dos Estados Unidos na Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), atual presidente do Conselho de Chicago para assuntos Globais disse: “a ideia do Reino Unido querer ter influência fora da UE é incogitável. Seu poder e eficácia é de ser um líder forte na Europa” (apud BORGES, 2015, tradução nossa).

O Presidente Obama expressou medo ao dizer que o Reino Unido pode correr o risco ao “andar por engano como um sonâmbulo em direção a sua saída da União Europeia” (PALMER, 2014, p. 292). Washington mantém um relacionamento intensamente estratégico com o Reino Unido, mas teria sérias dúvidas sobre a saída britânica por outras razões. Em olhos americanos, qualquer coisa que fracture a coesão entre seus aliados é algo ruim.

A chanceler alemã, Angela Merkel, não poderia ficar fora de toda a discussão; ela já teria avisado o primeiro-ministro britânico que “são inaceitáveis as restrições à liberdade de circulação na União Europeia, admitindo a possibilidade de o Reino Unido sair efetivamente da UE” (VIEGAS, 2014). Merkel também se posicionou contra

as medidas caso o Reino Unido faça alguma objeção em reuniões dentro do bloco. Um dos pontos que os britânicos reivindicam é que nenhum trabalhador desempregado fique mais de três meses no Reino Unido se não tiver meios para se sustentar a si próprio. A resposta alemã foi: "A Alemanha não fará qualquer alteração ao princípio de liberdade de circulação na UE" (VIEGAS, 2014).

Numa declaração à British Broadcasting Corporation (BBC), o deputado e ex-ministro conservador Kenneth Clarke declarou: "Se nós [da UE] quisermos competir com os americanos e os chineses, nós precisamos da livre circulação dos trabalhadores" (ALENCASTRO, 2014). A chanceler alemã, grande defensora da continuidade da filiação do Reino Unido à União e dirigente da maior potência econômica europeia, tem mantido um diálogo constante com Cameron para acalmar os ânimos anti-europeus do governo britânico.

Como já citado anteriormente, nem todos os países que têm a mesma opinião. A Índia tem um posicionamento distinto por ter uma tradição colonial em relação ao Reino Unido, fazendo com que sua opinião seja a favor de uma Brexit. Samir Saran, analista político da Fundação Observer Research em Nova Deli, disse:

Nós sempre nos sentimos mais confortáveis em lidar com países individualmente do que como parte de um bloco. Nós não vemos o Reino Unido como parte da UE, mas como uma identidade distinta por causa de sua história e da diáspora indiana. [...] Alguns dos elementos mais estratégicos de política externa não podem ser conduzidos através de um bloco como a UE, mas como parte de um relacionamento bilateral (BORGER, 2015, tradução nossa).

Os dinamarqueses se colocam a favor da saída do Reino Unido da União Europeia, pois a Dinamarca está na mesma posição que os britânicos - sem participação da moeda única e deseja a não participação em alguns tratados acordados junto com o bloco, já que a sua moeda favorece a exportação e as políticas comunitárias barram seu comércio internacional. Os dinamarqueses já se colocaram contra tratados da união um "plebiscito que rechaçou o Tratado de Maastricht por uma maioria apertada de 50,7%" (ABELLÁN, 2015). A Dinamarca também definiu claramente que a cidadania europeia não teria a mesma categoria para os dinamarqueses. Deste modo, sem mudar o Tratado de Maastricht, a Dinamarca conseguiu fazer com que esse documento tivesse estatuto de lei e fosse admitido e registrado na ONU. Podemos comparar que David Cameron faz reivindicações britânicas, atualmente, para acomodar uma posição similar à da Dinamarca.

Seguindo com as perspectivas europeias, o Reino Unido é composto por países como: Inglaterra, a maior interessada na separação europeia; Irlanda do Norte; Escócia e País de Gales. O euroceticismo britânico tem levantado outros elementos como o enfraquecimento do senso de identidade nacional inglesa ao longo das últimas décadas e o desenvolvimento da identidade nacional em países como Escócia e País de Gales. Um referendo aplicado na Escócia em setembro de 2014 fez com que os eleitores acabassem optando pela permanência dos escoceses no Reino Unido. Com uma identidade nacional ampliada, notoriamente os escoceses, pró-europeus “podem de novo questionar sua adesão ao Reino Unido se Londres tomar a decisão de sair do bloco na sequência de um voto favorável no referendo de 2017” (ALENCASTRO, 2014). Deste modo, concluímos que a opinião dos escoceses seria a favor de uma Brexit, para que assim consigam alcançar sua independência.

4.5 O que a teoria tem a dizer?

Como mostrado nesse capítulo, o Reino Unido tem muito a perder saindo de uma zona de integração econômica e política. Por mais que as argumentações dos eurocéticos façam com que os britânicos ampliem seu mercado internacional, não acreditamos que essas afirmações sejam seguras.

Dentro de uma integração, o Reino Unido tem comércio seguro com todos os países que compõem a União Europeia, livre circulação de pessoas e trabalhadores, circulação entre portos europeus para distribuição de seus produtos, altos números de investimento para manter empregos, produção em empresas e a seguridade de uma diversidade de bancos estrangeiros dentro do país. Mesmo que o Reino Unido tenha que seguir regras dentro da União e principalmente, a principal objeção feita pelos eurocéticos, o orçamento. Argumentos que não fazem sentido conforme os dados já apresentados neste capítulo.

Dentro de um bloco econômico, o Reino Unido tem pontos assegurados porque integra uma União. Temos como exemplo: a eliminação de entraves comerciais entre os participantes de natureza técnica, ou seja, facilidades para o comércio entre países europeus. Ao optar por uma Brexit os britânicos estariam saindo de um mercado consumidor seguro com 500 milhões de consumidores para um cenário incerto já que um acordo de livre comércio não está formalizado entre a Europa e os britânicos. Outro ponto seria a proteção jurídica nos setores da indústria; é através do orçamento

e da própria participação do Reino Unido na União que faz com que muitas empresas se instalem no país e assim gerem empregos no país, os orçamentos fazem com que os impostos para as empresas sejam diminuídos e até mesmo o investimento aplicados nelas, por isso “57% [das empresas] acreditam que continuar membro da UE seria positivo” (ALLEN, 2015).

Outro ponto de vantagem apontado pela teoria é a liberdade de residência entre os países membros, fazendo com que o mercado de trabalho e de consumidores se amplie. Caso ocorra a Brexit, os britânicos que residem ou que desejam residir em outro país da Europa teriam que enfrentar regras de integração, como a obrigação de falar a língua do país de acolhimento. Regras que não existem dentro de uma integração regional.

Pontos favoráveis para um país dentro de uma integração regional, são a regulamentação do setor de prestação de serviços e a harmonização fiscal. Para o Reino Unido se este permanecer na União Europeia terá facilidade em exportar seus serviços e mercadorias pois já há regulamentações para esses tipos de setores. Caso o país opte pela saída terá que renegociar tratados já acordados.

A ideia de que o livre comércio contribuiu para a promoção da paz entre as nações também é um ponto que devemos considerar. O filósofo francês Montesquieu afirmava que “a paz é o efeito natural do comércio” (apud NOGUEIRA; MESSARI, 2005, p.62), uma vez que gera uma relação de mútua dependência e interesse comum entre as nações. Os pensadores ingleses Jeremy Bentham, John Stuart Mill e Richard Cobden também coincidem na defesa das vantagens econômicas e políticas do comércio internacional. Para eles, a expansão do comércio faria com que a troca passasse a representar o principal padrão de relacionamento entre países, substituindo progressivamente a guerra (NOGUEIRA; MESSARI, 2005, p.62). Podemos identificar este tipo de ponto na Europa, por mais que 28 nações tenham suas opiniões distintas após a Segunda Guerra Mundial, estas não entraram em um conflito grande se dividindo como ocorria anteriormente, podemos observar que o comércio e a integração entre os países fizeram com que conflitos armados diminuíssem. Como observado, há uma incompatibilidade profunda entre a guerra e comércio, ou seja, os conflitos armados prejudicam muito a atividade econômica doméstica, mas, principalmente, fazem com que o comércio internacional

praticamente cesse. Para os autores mencionados anteriormente, o comércio é necessário e vantajoso para o bem-estar das nações.

Deste modo, à medida que se aprofunda a interdependência econômica entre as nações, a reciprocidade seria cada vez mais assumida como base para o relacionamento entre os Estados. Torna-se evidente, como o comércio contribui para o desenvolver um sentimento moral de comunhão de interesses e valores de toda humanidade (NOGUEIRA; MESSARI, 2005, p. 63).

Para Haas, “a integração continua sendo um processo de transferência de competências dos Estados para instituições supranacionais” (apud NOGUEIRA; MESSARI, 2005, p. 78). Assim, quando algum destes membros encontrarem algum obstáculo na identificação de seus interesses comuns, como ocorre atualmente com o Reino Unido, as instâncias supranacionais de integração desempenham um papel na tentativa de negociar acordos que possibilitem o avanço dos processos de regionalização (NOGUEIRA; MESSARI, 2005, P. 78-79). Deste modo, não cabe apenas ao Reino Unido a decisão de permanecer no bloco, mas é competência da União Europeia argumentar com a nação e explicar e até mesmo, se for necessário, realizar novos acordos para que o Reino Unido se interesse em permanecer no bloco.

Observamos um ponto crítico que devemos relacionar, a opinião pública é um fator determinante na definição de política externa. Desta maneira, vemos governantes influenciando a decisão da população para a não permanência na União Europeia. Como já citado anteriormente, os resultados das pesquisas vêm sofrendo mudanças desde 2008, sendo o último resultado a favor de uma Brexit. A opinião pública deveria influenciar para buscar a proteção da vida, liberdade e o bem-estar social. Neste caso, torna-se claro que o atual primeiro ministro britânico vem influenciando a opinião pública para que seja favorável aos seus interesses de retirada da União Europeia.

Como base do estudo Neofuncionalista, a existência da supranacionalidade é consequência direta do aprofundamento do processo de *Spillover*¹³ a partir do

¹³ *Spillover* é um processo de integração impulsionado a partir de um núcleo funcional formado pelo governo, burocracia e elite que dão início ao processo de negociação. A partir dessa negociação o processo se espalha para a sociedade, incentivando e mobilizando grupos de interesses que geram consequências a adesão de novos atores e setores para a interação (SARFATI, 2011, p.187).

momento em que os interesses passam a ser regionais, não mais nacionais. Dessa maneira, criam-se as instituições com autonomia maior ou supranacionais que garantem a irreversibilidade da integração e a formação de um novo centro de fidelidade. Com isso, os atores transferem parte da sua “lealdade”, podemos chamar também de “soberania”, para que assim possa haver uma maior integração e igualdade entre os Estados. Pode se perceber que a União Europeia começa em um setor específico comercial, CECA, e posteriormente foi ampliando o interesse com o foco na integração, assinando demais tratados: de Maastricht, de Lisboa, de Nice, dentro outros, para que alcançasse assim o interesse comum mais rápido, solidificando a integração.

Desta maneira, o intergovernamentalismo pode ser considerado uma complementação da teoria neofuncional, pois defende que o processo de integração depende da vontade e do interesse dos Estados membros. “Para os estudiosos dessa corrente, a negociação entre Estados a respeito de interesses específicos é o que leva à integração regional” (MOTTA; MARTINS; DA SILVA; CULPI, 2013, p. 184). A questão da interdependência torna-se chave nesse processo, uma vez que possibilita maiores incentivos a cooperação pelos Estados, dado a maior redução de custos. Nesse sentido, a cooperação é mais vantajosa que a não cooperação.

Deste modo, se o Reino Unido colocasse tanto esforço em reformar a UE como teria de fazer para sair dela com sucesso, tanto o país, quanto a UE ficariam bem melhores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No primeiro capítulo deste trabalho foram abordadas sobre as teorias de integração regional, as teorias que mais se aproximam do que a União Europeia é hoje são a teoria neofuncionalista que tem como principal teórico Haas que defende uma integração através do sistema institucional de supranacionalidade que é a transferência da “soberania” do país para uma instituição. Outra teoria abordada foi o intergovernamentalismo que defende que o processo de integração depende do interesse dos Estados membros. Deste modo, as duas teorias se complementam, pois cabe as instituições supranacionais aproximar os membros e a distribuição de recursos. Mas isso não ocorre sem o interesse comum dos Estados para que as instituições venham a funcionar. No último tópico do capítulo, foram abordadas sobre as dificuldades atuais para uma maior integração regional, concluímos que uma teoria e uma integração não são completas, pois nenhum bloco econômico chegou ao seu limite de evolução. A União Europeia é apenas um exemplo maior de integração regional.

No segundo capítulo, foi abordado o contexto histórico de participação britânica no bloco. Iniciando a trajetória desde os anos 1945, quando o Reino Unido iniciou suas políticas de bem estar social e por causa da grande industrialização, não ocorreu interesse em agregar-se ao CECA. Posteriormente, quando o partido trabalhista ganhou força no país, a diminuição da força das indústrias ocorreu, a perda de espaço no comércio internacional com a Commonwealth, o interesse britânico para a adesão surgiu. O Reino Unido sempre teve interesse em uma integração regional econômica, mas nunca em uma integração política pois teme a perda de sua soberania para instituições supranacionais. Atualmente, o primeiro ministro britânico, David Cameron, junto com a camada eurocética deseja a saída do Reino Unido da União Europeia. As justificativas dos anti-europeus para uma Brexit são apresentadas no último tópico deste capítulo. Mesmo que a desvantagem de uma retirada radical do bloco seja prejudicial ao país, os eurocéticos alegam que não causará grandes desvantagens perante os demais países do sistema internacional.

O terceiro capítulo foi traçado os possíveis cenários caso o Reino Unido opte pela saída da União Europeia. Foram retratadas as possíveis consequências diplomáticas e financeiras para o bloco e o país, baseando através de relatórios apresentados para ambos e principalmente notícias de jornais nacionais e

internacionais sobre o assunto. O último tópico relaciona os benefícios para a permanência britânica na UE através das características das teorias neonacionalistas e intergovernamentalista.

Concluimos que com uma Brexit os dois lados sairiam perdendo, tanto a União Europeia por perder um dos seus membros considerado grande aliado militar, econômico e também um país com grande tradição de diplomacia; perderiam um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU. Teriam dificuldades fronteiriças, principalmente, entre a Inglaterra e Irlanda e até mesmo entre o canal entre a França. Para os demais cidadãos europeus, se o bloco permitir a saída do Reino Unido será refletido como uma fraqueza dentro da comunidade que foi criada.

Para o Reino Unido seria a perda de negociações diplomáticas e comerciais com países europeus, tratados que teriam que ser renegociados bilateralmente e dificultaria a distribuição de produtos britânicos, locomoção entre os cidadãos europeus, e, principalmente, os incentivos fiscais disponibilizados pela União Europeia que caso ocorra uma saída não mais os receberá perdendo espaço para outros países do bloco para que empresas e até mesmos bancos estrangeiros se instalem no Reino Unido.

Mesmo que a União Europeia tenha passado por uma crise financeira em 2008, não é uma justificativa para os britânicos se retirarem do bloco, pois a perda de influência sobre tomada de decisões econômicas, políticas e de segurança com uma Brexit não é vantajoso em um mundo cada vez mais globalizado. “As chances ainda devem ser que os britânicos eventualmente optem por se manter membros completos da União Europeia. Mas esta pode ser uma decisão muito apertada” (PALMER, 2014, p. 294).

Para os argumentos dos eurocépticos contra o orçamento fiscal, a teoria de integração e até mesmo a prática nos confirma que é útil a distribuição de renda, “não estamos falando em transferir do rico para o pobre, e sim, em encontrar, dentro de cada economia nacional, mecanismos próprios para não acentuar o acúmulo de riqueza nas mãos de poucos, o que prejudicaria a integração” (MENEZES, 2006, p.9).

Uma integração regional deve acrescentar ganhos econômicos e melhora no bem-estar social dos povos integrados. O objetivo principal é que as pessoas sintam que estão tendo mais vantagens dentro do que fora de um processo de integração.

Este processo “não é uma panaceia, uma fórmula milagrosa que, da noite para o dia, resolverá todos os problemas dos países integrados” (MENEZES, 2006, p. 5). Não se pode fazer uma integração acreditando que, desde o primeiro momento, já seja possível sentir os resultados altamente positivos das economias integradas. Portanto, é consenso que seja possível alcançar ganhos ao longo dos tempos.

REFERÊNCIAS

1991 – Fim da Guerra do Golfo. **Brasileiros**, 2015. Disponível em: <<http://brasileiros.com.br/6w0eC>>. Acesso em: 17 nov. 2015.

ABELLÁN, Lucía. UE prepara reforma mínima para evitar a saída do Reino Unido. **El País**, 2015. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2015/11/08/internacional/1447019571_639862.html>. Acesso em: 11 nov. 2015.

AGRUPAMENTO de Escolas de Fronteira. **História da União Europeia e Principais Tratados**. Disponível em <https://profpedroemfronteira.files.wordpress.com/2010/09/2_fhistoria_ue_12a.pdf>. Acesso em 12 ago. 2015.

ALENCASTRO, Luis Felipe. O Reino Unido com um pé para fora da União Europeia. **Uol notícias**, 2014. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/blogs-e-colunas/coluna/luiz-felipe-alencastro/2014/11/03/o-reino-unido-com-um-pe-para-fora-da-uniao-europeia-ue.htm>>. Acesso em: 11 nov. 2015.

ALENCASTRO, Luis Felipe. Saída do Reino Unido da UE abalaria o bloco, mas também o apoio escocês. **Uol notícias**, 2014. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/blogs-e-colunas/coluna/luiz-felipe-alencastro/2015/05/14/saida-do-reino-unido-da-ue-abalaria-o-bloco-mas-tambem-o-apoio-escoces.htm>>. Acesso em: 11 nov. 2015.

ALLEN, Katie. Brexit – what would happen if Britain left the EU? **The Guardian**, 2015. Disponível em: <<http://www.theguardian.com/politics/2015/may/14/brexit-what-would-happen-if-britain-left-eu-european-union-referendum-uk>>. Acesso em: 6 nov. 2015.

ANIMATION: Brexit in numbers – What would Europe look like without the UK? **Viewws**, 2015. Disponível em: <<http://www.viewws.eu/eu-institutions/animation-brexit-in-numbers-what-would-europe-look-like-without-the-uk/>>. Acesso em: 5 nov. 2015.

ARAÚJO, Felipe. Commonwealth. **Infoescola.com**. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/geografia/commonwealth-2/>>. Acesso em: 24 nov. 2015.

ALTMAN, Max. Hoje na História: 1963 - De Gaulle veta entrada do Reino Unido à CEE. **Operamundi.uol.com.br**, 2011. Disponível em: <<http://operamundi.uol.com.br/conteudo/noticias/8842/conteudo+opera.shtml>>. Acesso em 29 ago. 2015.

BALDISSERA, Felipe. **A História da Integração Europeia**. Disponível em <<http://pt.scribd.com/doc/272342329/felippe-baldissera#scribd>>. Acesso em 12 ago. 2015.

BINENCASA, Clélia Rodrigues Junqueira e Teixeira, Maria Célia Silva. **O surgimento da economia de Comunhão de Chiara Lubich e do microcrédito de Yunus Muhammad**. Disponível em: <<http://www.anpecom.com.br/imgs/teses/111130CTCB.pdf>>. Acesso em: 31 agosto 2015.

BUENO, Guilherme. Robert Gilpin e as Teorias da Integração. **Relações Internacionais**, 2013. Disponível em: <<http://relacoesinternacionais.com.br/2013/04/30/robert-gilpin-teorias-da-integracao/>>. Acesso em: 9 out. 2015.

BROWN, C. **Understanding international relations**, 1997.

BORGER, Julian. Brexit – what would happen if Britain left the EU? **The guardian**, 2015. Disponível em: <<http://www.theguardian.com/politics/2015/may/14/brexit-what-would-happen-if-britain-left-eu-european-union-referendum-uk>>. Acesso em: 6 nov. 2015.

CALEIRO, João Pedro. Sair da União Europeia seria bom negócio para Grã-Bretanha. **Exame.com**, 2015. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/economia/noticias/sair-da-uniao-europeia-seria-bom-negocio-para-gra-bretanha>>. Acesso em: 6 nov. 2015.

CONSELHO Europeu. **Consilium.europa.eu**. Disponível em: <<http://www.consilium.europa.eu/pt/european-council>>. Acesso em: 17 nov. 2015.

CONSERVADORES vencem eleições e premiê Cameron fica no cargo. **Rfi português do Brasil**, 2015. Disponível em: <<http://www.brasil.rfi.fr/europa/20150508-conservadores-vencem-eleicoes-britanicas-e-premie-david-cameron-fica-no-cargo>>. Acesso em: 22 set. 2015.

DA COSTA, José Pereira. O exemplo do Reino Unido e o socialismo europeu. **Publico.pt**, 2014. Disponível em: <<http://www.publico.pt/mundo/noticia/o-exemplo-do-reino-unido-e-o-socialismo-europeu-1627902>>. Acesso em: 12 agosto 2015.

ENTENDA o Tratado de Lisboa. **BBC Brasil**, 2009. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/lg/noticias/2009/11/091027_entendatratadolisboa_ba.shtml>. Acesso em: 22 set. 2015.

FERREIRA, António Miranda; RODRIGUES, António Costa; MALTA, João Campos. **Estudo de Impacto de Acordo de Parceria Económica**. Disponível em: <http://www.inter-reseaux.org/IMG/pdf/cap_vert_etude_ape.pdf>. Acesso em: 18 set. 2015.

FELDSTEIN, Martin. Opinião: Thatcher e Reagan foram revolucionários. **Dw.com**, 2013. Disponível em: <<http://www.dw.com/pt/opini%C3%A3o-thatcher-e-reagan-foram-revolucion%C3%A1rios/a-16738932>>. Acesso em: 24 nov. 2015.

FIORI, José Luis. A senhora Thatcher e o Lord Keynes: fatos e mitos. **Boca no trombone**, 2009. Disponível em: <<http://muitasbocasnotrombone.blogspot.com.br/2009/05/senhora-thatcher-e-o-lord-keynes-fatos.html>>. Acesso em: 17 set. 2015.

GASPARETTO JUNIOR, Antonio. Guerra ao Terrorismo. **Infoescola**. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/historia/guerra-ao-terrorismo/>>. Acesso em 17 nov. 2015.

GASPARETTO JUNIOR, Antonio. Estado de bem-estar social. **Infoescola**. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/sociedade/estado-de-bem-estar-social/>>. Acesso em: 24 nov. 2015.

GOLDSMITH, Rosie. Profile: Nigel Farage, UKIP leader. **BBC news**, 2012. Disponível em: <<http://www.bbc.com/news/uk-politics-20543513>>. Acesso em: 9 nov. 2015.

HAAS, E. **The study of regional integration: reflections on the joys and agonies of pretheoresing International Organization**, 1970.

HELM, Toby. Reino Unido: empresários querem evitar saída da UE. **Carta capital**, 2014. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/internacional/saida-da-ue-prejudicaria-reino-unido-diz-maior-grupo-industrial-britanico-8037.html>>. Acesso em: 6 nov. 2015.

INSTITUTO DEL TERCER MUNDO. **Guía del Mundo: El mundo visto desde el sur 2005-2006**. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?id=sí6FrK7ViHEC&pg=PA466&lpg=PA466&dq=#v=onepage&q&f=false>>. Acesso em: 22 set. 2015.

LEQUESNE, Christian. **Brexit: Un compromis possible entre le royaume-uni et les etats membres de l'UE?** Disponível em: <<http://www.robert-schuman.eu/fr/doc/questions-d-europe/qe-368-fr.pdf>>. Acesso em: 4 nov. 2015.

LUSA. Saída do Reino Unido da UE seria “enorme problema”. **DN Globo**, 2013. Disponível em: <http://www.dn.pt/inicio/globo/interior.aspx?content_id=3032387&seccao=Europa>. Acesso em: 17 set. 2015.

MAIORIA dos britânicos apoia saída do Reino Unido da UE, mostra pesquisa. **G1.com**, 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/09/maioria-dos-britanicos-apoia-saida-do-reino-unido-da-ue-mostra-pesquisa.html>>. Acesso em: 6 nov. 2015.

MARIANO, Marcelo Passini. **As teorias de integração regional e os Estados subnacionais.** Disponível em: <<http://www.unimep.br/phpg/editora/revistaspdf/imp31art02.pdf>>. Acesso em: 9 out. 2015.

MENEZES, Alfredo da Mota. **Integração regional: Os blocos econômicos nas Relações Internacionais.** Editora: Elsevier, 2006.

MORAVCSIK, A. **Preferences and Power in the European Community: a Liberal Intergovernmentalist Approach.** In *Journal of Common Market Studies*, 1993.

MOTTA, Marcella; MARTINS, Ariel; DA SILVA, Carla Regina; CULPI, Ludmila A. **A evolução da integração regional na América do Sul e a Crise do Mercosul.** Disponível em: <<http://www.humanas.ufpr.br/portal/conjunturaaglobal/files/2013/04/A-evolu%C3%A7%C3%A3o-da-integra%C3%A7%C3%A3o-regional-na-Am%C3%A9rica-do-Sul-e-a-Crise-do-Mercosul.pdf>>. Acesso em: 25 nov. 2015.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **União Europeia: Acesso ao Mercado Comunitário.** Distribuição: Divisão de Informação Comercial, 2002.

NAIME, Jéssica. **União Européia: Histórico.** Disponível em <http://www.pucminas.br/imagedb/conjuntura/CNO_ARQ_NOTIC20050808100423.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2015.

NAKAGAWA, Fernando. Cameron consegue vitória confortável nas eleições britânicas. **Estadão,** 2015. Disponível em: <<http://internacional.estadao.com.br/noticias/geral%2ccameron-consegue-vitoria-confortavel-nas-eleicoes-britanicas%2c1683677>>. Acesso em: 14 set. 2015

NOGUEIRA, João Pontes e MESSARI, Nizar. **Teoria das Relações Internacionais: Correntes e Debates.** Editora: Elsevier, 2005. 15ª reimpressão.

NESLEN, Arthur. Brexit – what would happen if Britain left the EU? **The Guardian,** 2015. Disponível em: <<http://www.theguardian.com/politics/2015/may/14/brexit-what>>

would-happen-if-britain-left-eu-european-union-referendum-uk>. Acesso em: 6 nov. 2015.

NETTO, Andrei. 'Divórcio' do Reino Unido deixa UE na incerteza até 2017. **Estadão**, 2013. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,divorcio-do-reino-unido-deixa-ue-na-incerteza-ate-2017,141959e>>. Acesso em: 6 nov. 2015.

O Reino Unido deve continuar na UE? **Euronews**, 2012. Disponível em: <<http://pt.euronews.com/2012/11/16/o-reino-unido-deve-continuar-na-ue/>>. Acesso em: 4 nov 2015.

PALMER, John. **Temas de uma agenda estratégica entre Brasil e União Europeia: O Reino Unido vai sair da União Europeia?**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2014.

PINTO, Messias de Sá. **A área de livre comércio das Américas e os interesses da União Europeia na América Latina**. Disponível em: <<http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/866>>. Acesso em: 20 out. 2015.

RAMOS, Claudia Toriz. **Teoria da Integração Europeia: Uma breve perspectiva**. Disponível em: <<http://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/672/1/327-344FCHS2005-5.pdf>>. Acesso em: 28 out 2015.

REINO Unido ratifica Tratado de Lisboa. **Publico.pt**, 2008. Disponível em: <<http://www.publico.pt/mundo/noticia/reino-unido-ratifica-tratado-de-lisboa-1335708>>. Acesso em: 22 de set. 2015.

SARFATI, Gilberto. **Teoria das Relações Internacionais**. Editora: Saraiva, 2005. 1ª tiragem.

SEITENFUS, Ricardo. **Legislação Internacional**. Editora: Manole, 2009. 2ª edição.

TERRONI, Paolla. Alcaida. **Trabalhos Gratuitos**, 2014. Disponível em: <<https://www.trabalhosgratuitos.com/Sociais-Aplicadas/Filosofia/Alcaida-335076.html>>. Acesso em: 17 nov. 2015.

WHO we are. **The City UK**. Disponível em: <<http://www.thecityuk.com/about-us/who-we-are/>>. Acesso em: 9 nov. 2015.

BREXIT – what would happen if Britain left the EU? **The Guardian**, 2015. Disponível em: <<http://www.theguardian.com/politics/2015/may/14/brexit-what-would-happen-if-britain-left-eu-european-union-referendum-uk>>. Acesso em: 6 nov. 2015.

TREIN, Franklin. **Uma análise crítica do acordo de associação estratégica entre a União Européia e a América Latina e o Caribe – a Cúpula de Viena**. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292007000100004>. Acesso em: 17 set. 2015.

UTZIG, Gilmar. **Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES: Desafios e compromissos na FIAR – Faculdades Integradas de Ariquemes**. Disponível em: <http://www.mestradoeducacao.unir.br/downloads/1628_dissertacao_gilmar___analise_final.pdf>. Acesso em: 31 agosto 2015.

VIEIRA, Evaldo. **A Social-Democracia, Longo Caminho até a Terceira Via**. Disponível em: <<http://www.curriculosemfronteiras.org/vol13iss2articles/vieira.pdf>>. Acesso em: 12 agosto 2015.

VIEGAS, Patricia. Merkel avisou Cameron que admite saída do Reino Unido da UE. **DN Globo**, 2014. Disponível em: <<http://www.dn.pt/globo/interior/merkel-avisou-cameron-que-admite-saida-do-reino-unido-da-ue-4215966.html>>. Acesso em: 11 nov. 2015.

WELZEL, Edgar. Inglês David Cameron sugere que planeja extorquir União Europeia. **Jornal Opção**, 2013. Disponível em: <<http://www.jornalopcao.com.br/colunas/carta-da-europa/ingles-david-cameron-sugere-que-planeja-extorquir-uniao-europeia>>. Acesso em: 22 set. 2015.

WINTOUR, Patrick. Germany tells Cameron: don't blackmail the EU. **The Guardian**, 2013. Disponível em: <<http://www.theguardian.com/world/2013/jan/10/germany-cameron-dont-blackmail-eu>>. Acesso em: 16 set. 2015.